

COT - CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS - ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE OBRA EM UNIDADE ISOLADA**SUMÁRIO DA NORMA**

1	OBJETIVO,2
2	ORIENTAÇÕES GERAIS,2
2.12	RELATÓRIO FOTOGRÁFICO,4
2.13	DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ANÁLISE TÉCNICA,5
2.14	PADRÃO DE ASSINATURA NAS PEÇAS TÉCNICAS,5
3	CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA ACEITAÇÃO DOS IMÓVEIS COMO GARANTIA,6
3.3	IMÓVEIS CONTAMINADOS,6
3.4	SISTEMAS CONSTRUTIVOS INOVADORES (SEM NORMA PRESCRITIVA DA ABNT),6
3.5	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM IMÓVEIS FINANCIADOS NA CAIXA,7
4	DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS EMPRESAS CREDENCIADAS,7
4.1	ANÁLISE PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÃO EM TERRENO PRÓPRIO, MELHORIA/REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO,7
4.2	ACOMPANHAMENTO DE OBRA,13
4.2.7	PROPOSTA DE REPROGRAMAÇÃO DE CRONOGRAMA,17
4.2.8	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROJETO/ORÇAMENTO,18
4.3	ANÁLISE DE AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA PARA IMÓVEIS ALIENADOS COM A CAIXA – NA AMORTIZAÇÃO,19
5	CONTROLE DE QUALIDADE DOS TRABALHOS DAS EMPRESAS CREDENCIADAS,19
5.1	MONITORAMENTO,19
5.2	REVISIONAMENTO,20
6	ANEXOS,21
6.1	ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO PARA ANÁLISE TÉCNICA,21
6.2	ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DE ACABAMENTOS DE OBRA, CONFORME NBR 12.721:2006,23
6.3	ANEXO III - INTERVALO DE VALOR DA INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS NO ORÇAMENTO – RECOMENDAÇÃO,26
6.4	ANEXO IV – PARÂMETROS RECOMENDADOS PARA MENSURAÇÃO DE OBRA,27
6.5	ANEXO V – LAUDO DE ANÁLISE - INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO,28
6.6	ANEXO VI – SIGLAS E CONCEITOS,34

ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO À VERSÃO ANTERIOR:

- Ajuste na redação do item [1.1](#) para maior clareza quanto à destinação das propostas de financiamento.
- Item [2.12.4](#) alínea “d” e item [4.2.4.12.1](#) - ajuste na quantidade de fotos prevista para o RAE na fase de serviços preliminares e fundações.
- Item [2.12.5.1](#) - ajuste na quantidade de fotos prevista para a PLS na fase de serviços preliminares e fundações.
- Item [3.4](#) – Substituição do esquema ilustrativo considerando publicações recentes de normas técnicas ABNT.
- Item [4.2.7.8](#) – Definição do prazo de atendimento para a atividade de análise de reprogramação de cronograma.
- Item [4.2.8.2](#) e subitens – Ajustes na definição dos valores e prazo de atendimento da atividade de análise de alteração de projeto.

COT - CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS - ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE OBRA EM UNIDADE ISOLADA**1 OBJETIVO**

1.1 Este caderno descreve as atividades desenvolvidas pelas empresas credenciadas no processo de análise técnica das propostas de financiamento imobiliário para construção, melhoria ou reforma com ou sem ampliação e conclusão de unidades isoladas de uso exclusivamente residencial ou exclusivamente comercial.

1.2 A análise de viabilidade técnica das propostas de financiamento de unidades isoladas engloba o conjunto de atividades realizadas por profissional habilitado para verificar o atendimento às exigências normativas e legais, caracterizar as unidades imobiliárias quanto às condições de estabilidade, habitabilidade e salubridade, bem como estabelecer a definição de valor de mercado com a finalidade de constituir garantia para a operação financeira.

1.3 A análise técnica das propostas de financiamento de unidades isoladas é orientada a partir de dois grupos de atividades:

- a) Análise da viabilidade do projeto;
- b) Acompanhamento da evolução de obra.

2 ORIENTAÇÕES GERAIS

2.1 Os procedimentos técnicos dispostos no presente documento dizem respeito à análise de viabilidade técnica e acompanhamento das obras associadas às propostas de financiamento de unidades isoladas, seja para uso residencial e/ou comercial, sendo tais atividades atribuições exclusivas de profissionais graduados em engenharia ou arquitetura.

2.2 As propostas envolvem as seguintes modalidades:

- a) Aquisição de terreno e construção;
- b) Construção em terreno próprio;
- c) Conclusão;
- d) Melhoria/reforma, com ou sem ampliação.

2.3 As análises das propostas serão realizadas por profissionais do quadro de empregados da CAIXA ou por profissional da empresa credenciada, para subsidiar as operações de crédito, renegociação de contratos e afins, não cabendo a estes profissionais sobreposição ou assunção das competências legais de análise e licenciamentos pertencentes aos órgãos públicos.

2.4 No âmbito do financiamento imobiliário de unidade isolada, a análise de viabilidade técnica envolve a análise da proposta, a vistoria técnica, e o acompanhamento da evolução da obra.

2.5 As Vistorias Técnicas são realizadas para caracterizar o imóvel, o local da obra e ao longo da atividade de acompanhamento do contrato, sendo produzidas, a partir delas, as informações necessárias e pertinentes à elaboração das seguintes peças técnicas:

- a) Laudo de Análise – peça técnica gerada no aplicativo SIMIL (<https://simil.caixa/>);
- b) RAE – peça técnica gerada a partir de planilha eletrônica.

2.6 A atividade de Análise da proposta é marcada pelas fases:

- a) Recebimento da PCI - Proposta Construção Individual – CAIXA, para propostas de Construção em Terreno Próprio ou Aquisição de Terreno e Construção, ou PRM – Proposta de Reforma ou Melhoria Individual – CAIXA, nos casos de Conclusão, Reforma ou Melhoria, com ou sem ampliação, entregue assinada pelo Proponente e seu Responsável Técnico, e verificação dos documentos pertinentes;
- b) Vistoria Técnica do terreno e entorno, no caso de Construção em Terreno Próprio e Aquisição de Terreno e Construção;
- c) Vistoria do imóvel que será objeto de intervenção, no caso de conclusão/melhoria/reforma;
- d) Análise da proposta e dos projetos;
- e) Análise do orçamento;
- f) Análise do cronograma;
- g) Avaliação;
- h) Verificação da viabilidade técnica e econômico-financeira;

i) Elaboração da peça técnica (Laudo de Análise Individual).

2.6.1 A ação de Análise da Proposta tem manifestação única pelo Laudo de Análise, que inclui todo o conjunto de atividades antes citadas, inexistindo Laudo de Avaliação em separado.

2.7 A atividade Acompanhamento de evolução de Obra está vinculada às fases de:

- a) Verificação da Documentação no SIOPI (Documentação pertinente/Projeto Legal/Proposta /Laudo de Análise/PLS/ RAE anteriores);
- b) Agendamento prévio da vistoria com o contato informado na O.S, com ao menos 24h de antecedência da data da vistoria, podendo ser realizada em menor prazo caso o cliente tenha disponibilidade.
- c) Vistoria Técnica de Obra;
- d) Emissão de peça técnica (RAE).

2.7.1 O RAE é a peça técnica que formaliza o serviço de acompanhamento de obras no âmbito da engenharia.

2.7.2 O acompanhamento da evolução da obra em programas de crédito imobiliário realizado pela CAIXA consiste no monitoramento técnico da operação, iniciado após a contratação e estendendo-se até a conclusão.

2.7.3 O acompanhamento realizado pela CAIXA ocorre mediante vistorias periódicas e de forma visual, sem auxílio de instrumentos de precisão, com o intuito de verificar a evolução das obras e se a sua execução está de acordo com as condições e especificações contratadas e com às boas práticas construtivas.

2.7.3.1 Tal atividade não se caracteriza como fiscalização de obras e permite que as liberações de recursos ocorram de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto.

2.8 Os formulários de engenharia/arquitetura, necessários para análise e acompanhamento da evolução da obra, são:

- a) PCI - Proposta de Construção Individual – CAIXA ou PRM - Proposta de Reforma e Melhoria Individual – CAIXA, conforme orientações na [alínea "a" do item 2.6](#);
- b) Laudo de Análise Individual;
- c) Proposta de Reprogramação de Cronograma – Construção ou Reforma;
- d) Proposta de Alteração de Projeto – Construção ou Reforma;
- e) PLS – Planilha de Levantamento de Serviços – Construção ou Reforma (se for o caso);
- f) RAE - Relatório de Acompanhamento de Evolução de Obra;

2.8.1 Todos os formulários estão disponíveis para preenchimento ou download no SIMIL.

2.9 A GEHPA/CIHAR poderá, via comunicação eletrônica, autorizar, em caráter excepcional e por prazo determinado, a emissão de Laudo de Análise Individual em planilha eletrônica.

2.10 Deve ser realizada a verificação de todas as peças que compõe a proposta, conforme a documentação entregue, de modo a verificar a ocorrência de inconsistências ou inconformidades que impossibilitem a conclusão do serviço iniciado, devendo, se constatadas, ser consideradas como pendência.

2.10.1 A documentação necessária para realização das atividades (ver Anexo I) deverá estar disponível no SIOPI, estar assinada pelo Proponente e RT de execução da obra e ter coerência com o imóvel e objeto da proposta.

2.10.1.1 Caso os documentos não estejam disponíveis no SIOPI ou não estejam assinados, a empresa credenciada deverá recusar a demanda dentro dos prazos previstos para o procedimento.

2.10.2 Sempre que a documentação for suficiente para localizar o imóvel deve ser procedida a vistoria.

2.10.3 As inconsistências ou inconformidades identificadas são consideradas como pendências, que podem possuir natureza documental, técnica ou operacional e devem ser apontadas na peça técnica e registradas no SIOPI, na aba PEPT.

2.10.3.1 As pendências de natureza documental são as relacionadas à ausência ou incoerência entre informações apresentadas no sistema e documentos entregues pelo Proponente; sendo mais frequente a falta de documentação ou problemas na matrícula do imóvel e devem obrigatoriamente ser informadas em até 02 (dois) dias da emissão da O.S, devendo ser atendida imediatamente pela unidade demandante no prazo máximo de 02 (dois) dias do registro da PEPT no SIOPI.

2.10.3.2 As pendências de natureza técnica se referem à insuficiência de projetos, incompatibilidade entre as peças técnicas apresentadas e a área indicada para vistoria e/ou orçamento e/ou cronograma, bem como pelo não atendimento aos requisitos técnicos presentes nesse COT.

2.10.3.3 As pendências de natureza operacional estão associadas a qualquer falha no processo, como no caso da vistoria infrutífera.

2.10.3.3.1 Vistoria infrutífera é caracterizada quando profissional responsável pela demanda, após agendar e confirmar data e horário com o contato informado na O.S., não consegue acesso ao imóvel, sendo imprescindível aguardar no local por, no mínimo, 30 minutos a contar do horário previamente agendado, se o vistoriador tiver chegado ao imóvel antes da hora, ou a contar do momento em que o vistoriador chegou ao imóvel, caso tenha se atrasado em relação à agenda combinada.

2.10.3.3.2 A vistoria só é caracterizada como infrutífera quando for atestada que a impossibilidade de acesso ao imóvel foi causada exclusivamente pelo Proponente, sendo necessário que o profissional responsável comprove o agendamento com o Proponente e que esteve presente no local na data e hora acordada e atenda a regra relativa ao tempo mínimo de espera de 30 minutos.

2.10.3.3.3 A ocorrência de vistoria infrutífera implica na necessidade de registrar PEPT no SIOPI informando como motivo da pendência "vistoria infrutífera".

2.10.3.3.4 Na impossibilidade de acessar o lote ou o interior dos imóveis nos casos de proposta de melhoria, ampliação ou reforma ou quando houver obra executada no lote, deve-se emitir o laudo com todas as pendências identificadas na análise da documentação e descrever no campo de "Observações" que a vistoria foi infrutífera.

2.10.3.3.5 A impossibilidade do profissional responsável em comparecer à vistoria agendada não é considerada vistoria infrutífera e caberá a este o ônus de realizar novo agendamento para examinar o local.

2.11 Toda e qualquer solicitação de correção de trabalho por erros ou falha deve ser feita única e exclusivamente pelo SIOPI no motivo 1 – Valor de Avaliação e Correção de Erros, sendo que o pedido em 2ª instância será monitorado pela CIHAR/GIHAB de vinculação.

2.12 RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

2.12.1 Fotografias registradas na Vistoria Técnica do Terreno e Entorno ou na Vistoria Técnica em Obra constarão no Relatório Fotográfico que integrará as peças técnicas Laudo de Análise e RAE, respectivamente, conforme a etapa da obra.

2.12.2 O Relatório fotográfico, assinado pelo profissional que realizou a vistoria, apresentará fotografias coloridas, georreferenciadas e não devem aparecer pessoas para que não seja contestado o uso da imagem pessoal.

2.12.3 Em vistorias realizadas para análise da proposta o Relatório Fotográfico deverá conter no mínimo:

- a) Imagem pública de satélite, identificando a localização do terreno e as poligonais confrontantes;
- b) A vista frontal do terreno ou imóvel objeto da proposta, que permita a identificação dos imóveis confrontantes;
- c) Vista do logradouro, registrando os trechos antes e depois do objeto;
- d) As fachadas e características topográficas do lote/terreno;
- e) Eventuais serviços já executados no imóvel, quando for o caso.

2.12.4 Em vistorias realizadas para acompanhamento da obra, conforme a etapa correspondente, o Relatório Fotográfico que compõe o RAE deverá conter:

- a) no mínimo 12 (doze) fotografias, coloridas e georreferenciadas, que bem evidenciem os serviços realizados na etapa e que deverão ser aferidos;
- b) ao menos uma das fotografias deve comprovar a aplicação em local visível do adesivo de obras modelo CAIXA;
- c) fotografias que comprovem, se identificadas pelo vistoriador, a existência de serviços ou aspectos visualmente não conformes com as orientações e normas, de forma a garantir a constituição do histórico da evolução do acompanhamento da obra até sua conclusão.
- d) para a fase de serviços preliminares e fundações o total de fotos pode ser reduzido para o mínimo de 6 (seis), desde que se visualize a execução completa dos serviços, o logradouro, o terreno e o adesivo/placa de obra modelo CAIXA afixado.

2.12.5 O relatório fotográfico da PLS, deverá conter no mínimo 12 (doze) fotografias, coloridas e georreferenciadas, que bem evidenciem os serviços realizados na etapa e que deverão ser aferidos, sendo obrigatório que ao menos uma delas comprove a aplicação em local visível do adesivo de obras.

2.12.5.1 Para a fase de serviços preliminares e fundações o total de fotos pode ser reduzido para o mínimo de 6 (seis), desde que se visualize a execução completa dos serviços, o logradouro, o terreno e o adesivo/placa de obra modelo CAIXA afixado.

2.12.6 O Relatório Fotográfico da Proposta de Reprogramação deverá conter no mínimo 06 (seis) fotografias, coloridas e georreferenciadas, que bem evidenciem a compatibilidade entre o pleito apresentado, o estágio atual da obra.

2.13 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ANÁLISE TÉCNICA

2.13.1 A documentação necessária para cada tipo de Análise e por linha de financiamento está descrita [Anexo I](#).

2.13.2 Quando a aprovação do projeto não incluir o layout interno da unidade como nos casos de aprovação simplificada, tal layout deverá ser apresentado pelo cliente para análise da proposta, bem como cortes e fachadas.

2.13.3 Poderá ser aceito na etapa de análise o Projeto de Arquitetura pendente de aprovação, somente para propostas na modalidade Aquisição de Terreno e Construção, nos casos em que há impedimento do órgão municipal para solicitação por terceiros.

2.13.3.1 Cabe à agência/CCA concessora a identificação dos casos devendo obrigatoriamente informar o enquadramento da situação de exceção na solicitação da OS, inserindo o texto no campo observações: "Enquadramento na condição excepcional informada na CE SUHAF/GEHAS/GEHAF 0036/2022".

2.13.3.2 A manifestação acerca do enquadramento em situação de exceção pode ser confirmada através de PEPT.

2.13.3.3 Na ausência de indicação da exceção pela unidade comercial e nas demais modalidades de financiamento, a empresa credenciada observa a obrigatoriedade de apresentação do projeto aprovado para análise, emitindo manifestação inviável na ausência deste.

2.13.3.4 Havendo a indicação, inexistindo outras pendências que inviabilizem a proposta, conclui com manifestação "viável", informando TEXTO PADRÃO no CAMPO OBSERVAÇÕES no Laudo de Análise Individual (LAI): "Manifestação viável em condição excepcional conforme indicação da agência/CCA no SIOPI. Obrigatória a apresentação do projeto aprovado em até 90 dias. Para a efetiva contratação da operação deverá ser observado pela agência concessora o atendimento às demais exigências das normas CAIXA".

2.13.4 A documentação fornecida pelo proponente deve estar completa, assinada por ele e pelo RT de execução da obra, e as informações constantes nos documentos devem ser coerentes entre si.

2.13.4.1 O proponente deverá apresentar Certidão de Inteiro Teor da Matrícula no RGI tão recente quanto possível, que permita a identificação do imóvel e sua plena caracterização.

2.13.5 A documentação deve ser anexada ao SIOPI, salvo exceções referentes a eventual incapacidade do sistema de anexar determinado documento, a qual poderá ser enviada via Portal de Atendimento ou mensagem eletrônica, cabendo à agência a responsabilidade por manter a documentação completa no dossiê do contrato.

2.13.6 Para todos os documentos é aceita assinatura através de certificado digital do tipo ICP Brasil emitido por certificadora credenciada pelo ITI (lista em <https://www.iti.gov.br/icp-brasil/estrutura>).

2.13.7 Para propostas de Construção, podem ser aceitas TRT de execução de obras emitidas pelo CFT para Técnicos em Edificações, respeitando as limitações de atuação desses profissionais, conforme o estabelecido na Resolução CFT nº 108, de 08/10/2020, ou seja, obras com até dois pavimentos, com área de até 80,00 m² e que não constituam conjuntos residenciais (02 unidades ou mais).

2.13.7.1 Nas propostas de Reforma a TRT de execução pode ser aceita, desde que as reformas não interfiram na estrutura existente, ou que o projeto tenha sido elaborado por profissional habilitado.

2.13.8 No caso de alteração do Profissional Responsável Técnico pela execução da obra, a qualquer momento, deverá ser apresentada a documentação constante no [Anexo I](#).

2.13.9 Se for necessário reprogramar o cronograma de obra ou alterar os projetos analisados após a contratação, o cliente deverá apresentar, respectivamente, Proposta de Reprogramação de Cronograma ou Proposta de Alteração de Projeto.

2.14 PADRÃO DE ASSINATURA NAS PEÇAS TÉCNICAS

2.14.1 Todas as peças técnicas são assinadas pelo responsável técnico que as emitiu e pelo representante legal da empresa credenciada de vinculação.

2.14.2 As Assinaturas poderão ser:

- Em meio físico: Assinatura feita de forma manual na peça técnica, quando entregue em via impressa ou digitalizada;
- Em meio digital: É utilizada assinatura digital através de certificado digital emitido por certificadora credenciada pelo ITI (lista em <https://www.iti.gov.br/icp-brasil/estrutura>).

3 CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA ACEITAÇÃO DOS IMÓVEIS COMO GARANTIA

3.1 Nas análises técnicas de engenharia orientadas por este documento, será verificado o atendimento às condições mínimas visíveis para aceitação dos imóveis como garantia – descritas no COT de Avaliação de Bens e fichas de checklist, com os destaques a seguir.

3.1.1 Caso o profissional responsável pela análise técnica verifique que algum dos itens constantes das Condições Mínimas para Aceitação do Imóvel como Garantia relacionadas no COT de Avaliação de Bens não foi atendido, emite uma PEPT pelo SIOPI em até 02 dias com prazo de 15 dias corridos para resposta pelo proponente, descrevendo claramente qual item não foi atendido.

3.1.2 Caso o proponente não atenda a pendência no prazo estabelecido, preenche o Laudo de Análise, com definição dos valores, negando a aceitação do imóvel como garantia e, no campo apropriado, registra “IMÓVEL NÃO ACEITO COMO GARANTIA POR SE VERIFICAR O NÃO ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS” e identifica de forma clara a condição não atendida.

3.2 Imóvel com característica multifamiliar, ou seja, unidade habitacional em um mesmo lote, com única matrícula, entradas distintas e medidores de água e energia elétrica separados, não pode ser aceito como garantia.

3.3 IMÓVEIS CONTAMINADOS

3.3.1 A verificação dos indícios de contaminação obedecerá ao disposto no COT- Avaliação de Bens.

3.4 SISTEMAS CONSTRUTIVOS INOVADORES (SEM NORMA PRESCRITIVA DA ABNT)

3.4.1 Para a utilização de componentes, elementos ou sistemas construtivos inovadores, ou aqueles executados com aperfeiçoamento tecnológico e ainda sem normatização prescritiva, é necessária a comprovação de desempenho, conforme PBQP-H - SiNAT, pela apresentação de DATec válido, à exemplo dos sistemas Wood Framing, Paredes com EPS integrado, vedação vertical em madeira etc.

3.4.1.1 Os DATec válidos e respectivas Diretrizes podem ser consultados no site do PBQP-H/MDR por meio do endereço eletrônico <https://pbqp-h.mdr.gov.br/sistemas/sinat/documentos-homologados/>.

3.4.2 As propostas que adotarem o Light Steel Framing como solução construtiva serão classificadas como solução convencional, desde que atendam aos requisitos da NBR 16.970:2022.

3.4.2.1 A NBR 16.970:2022 prevê o uso do sistema construtivo Light Steel Framing em edificações residenciais e não residenciais de até dois pavimentos.

3.4.3 Propostas que apresentem condições diferentes das estabelecidas em norma permanecem condicionadas aos procedimentos, critérios e orientações aplicáveis aos sistemas inovadores, sendo necessária a apresentação de DATec válido e emissão de Parecer da CIHAR para sua aceitação.

3.4.4 A utilização de componentes, elementos ou sistemas construtivos inovadores, ou aqueles executados com aperfeiçoamento tecnológico e ainda sem normatização prescritiva, não é aceita nas propostas de financiamento de unidades comerciais isoladas.

3.4.5 A CIHAR de vinculação fará a análise e manifestação referente a aceitação da inovação.

3.4.6 A empresa credenciada só será demandada para realização do Laudo de Análise após manifestação da CIHAR sobre a possibilidade de uso da inovação proposta.

3.4.6.1 Caso a empresa credenciada identifique na análise que se trata de proposta que utiliza sistema inovador, ainda sem parecer da CIHAR, esta pendência deverá ser incluída na PEPT com as outras já identificadas.

3.4.7 A empresa credenciada incluirá no campo “Observações” do Laudo de Análise o seguinte texto: “ESTE LAUDO SOMENTE É VÁLIDO E APRESENTA VIABILIDADE SE O PROPONENTE ATENDER ÀS EVENTUAIS EXIGÊNCIAS OU CONDICIONANTES RELACIONADAS NO PARECER TÉCNICO DE ANÁLISE DA INOVAÇÃO, EMITIDO PELA CIHAR”.



3.5 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM IMÓVEIS FINANCIADOS NA CAIXA

3.5.1 No âmbito dos programas de financiamento habitacional com recursos FGTS, recomenda-se, sempre que comprovada a viabilidade técnica e econômica, que sejam previstas em projeto, medidas para a promoção da Eficiência Energética, sendo itens financiáveis:

- Sistemas de aquecimento solar de água;
- Sistemas de micro e minigeração distribuídas de energia elétrica (solares fotovoltaicos, eólicos e biomassa);
- Lâmpadas eficientes;
- Medição individualizada de gás;
- Custos, projetos e consultoria referentes ao processo de certificação e rotulagem ambiental dos edifícios reconhecidas no mercado nacional.

3.5.1.1 Para promoção do uso eficiente dos recursos hídricos em área urbana ou de expansão urbana os projetos devem incluir obrigatoriamente para operações financiadas com recursos do FGTS os seguintes dispositivos e sistemas economizadores:

- Arejador;
- Bacia sanitária com dispositivo de duplo acionamento;
- Redutores de vazão;

3.5.2 No âmbito de financiamento habitacional com as demais origens de recursos, os itens acima também são financiáveis, porém não são obrigatórios.

3.5.3 A ausência de soluções consideradas como de responsabilidade ambiental não impede a finalização do Laudo de Análise ou a aceitação do imóvel como garantia.

3.5.4 Constatada a ausência das soluções apontadas no [item 3.5.1.1](#) deverá constar no campo de observações do Laudo de Análise a seguinte redação: “ESTE IMÓVEL NÃO PODE SER CONTRATADO UTILIZANDO RECURSOS DO FGTS”.

4 DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS EMPRESAS CREDENCIADAS

4.1 ANÁLISE PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÃO EM TERRENO PRÓPRIO, MELHORIA/REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO

4.1.1 Os serviços de análise de viabilidade técnica de projeto provenientes do grupo de atividades demandáveis para empresas credenciadas são relativos às tipologias de atividade B-401 (códigos de sistema B-437 a B-442).

4.1.2 Na proposta de construção, melhoria/reforma com ou sem ampliação e conclusão, se constar o uso de sistema ou material construtivo inovador, deve-se observar as orientações contidas no [item 3.4](#).

4.1.3 O profissional responsável pela análise não proporá ou sugerirá soluções de projetos, especificações ou métodos construtivos a serem empregados, de forma a não caracterizar corresponsabilidade técnica.

4.1.4 As intervenções passíveis de enquadramento nas linhas de financiamento, de forma geral, são as seguintes:

- a) Aquisição de Terreno e Construção;
- b) Construção em Terreno Próprio;
- c) Melhoria/reforma com ou sem ampliação
- d) Conclusão.

4.1.5 A Proposta será disponibilizada em meio eletrônico, devidamente preenchida e assinada pelo Proponente e pelo Responsável Técnico pela execução da obra, em formato PDF.

4.1.5.1 Nos casos em que o Proponente e o RT assinarem a proposta com certificações digitais do tipo ICP-Brasil, esta poderá ser disponibilizada no formato eletrônico contendo suas assinaturas digitais válidas.

4.1.5.2 Todas as peças técnicas objeto de análise, deverão estar datadas e assinadas pelo Responsável Técnico pela execução da obra, contendo a adequada identificação do signatário.

4.1.6 O Profissional responsável pela realização da análise deve verificar a compatibilidade, coerência e suficiência da documentação técnica apresentada.

4.1.7 A ausência ou inconsistência da documentação apresentada deve ser registrada de forma centralizada na opção PEPT no SIOPI, podendo ser inseridas até duas PEPT:

- a) uma relacionada a falta de documentação que impede o prosseguimento da análise técnica de engenharia, informadas em até 02 (dois) dias da emissão da O.S, devendo ser atendida imediata e integralmente pela unidade demandante no prazo máximo de 2 (dois) dias do registro da PEPT no SIOPI;
- b) outra que pode ser registrada quando houver pontos a esclarecer para a conclusão da análise e que deverá ser incluída impreterivelmente até o dia seguinte da realização da vistoria, com prazo para atendimento de até 21 dias corridos contados a data de inserção no SIOPI.

4.1.8 Após atendidas as pendências documentais, agenda a vistoria e dá prosseguimento a rotina de análise.

4.1.8.1 A vistoria deverá ser realizada em até 04 dias corridos a partir da emissão da O.S.

4.1.9 Após a análise e realização da vistoria poderá preencher nova e única PEPT com todas as pendências de ordem técnica.

4.1.9.1 Em caso de não resolução das pendências técnicas no prazo definido, o responsável pela análise encaminha mensagem para a unidade demandante relatando o fato para que esta proceda a resolução da PEPT.

4.1.9.2 Se a PEPT não for atendida no prazo ou se permanecerem incoerências ou inconsistências, a proposta será considerada inviável com laudo finalizado e O.S. concluída.

4.1.10 O Profissional responsável pela análise das propostas manifestará conclusivamente, no documento Laudo de Análise, sobre a viabilidade ou não das mesmas, inclusive quanto à possibilidade de aceitação da Proposta como garantia de operações de crédito imobiliário – Unidade Isolada, sob os aspectos físicos e de mercado.

4.1.10.1.1 O prazo para entrega/conclusão do Laudo de Análise é de 15 dias corridos a partir da emissão da respectiva O.S., excetuando-se a existência de PEPT.

4.1.11 Os procedimentos de análise das Propostas contemplam a verificação dos seguintes itens:

- a) Condições do entorno e do imóvel;
- b) Projetos;
- c) Orçamento;
- d) Cronograma;
- e) Avaliação;
- f) Viabilidade econômico-financeira da proposta.

4.1.12 Após atendimento das pendências, se existirem, o profissional dá prosseguimento a rotina de análise como segue:

- a) Identifica a concepção adotada na proposta.
- b) Identifica as principais características da proposta e eventuais condicionantes/restrições existentes.
- c) Vistoria o local da proposta.
- d) Verifica o atendimento às condições mínimas para aceitação do imóvel como garantia, conforme o caso;

- e) Verifica os critérios de viabilidade relacionadas à titularidade, adequação ao local da intervenção, funcionalidade, exequibilidade técnica e sistemas ou materiais construtivos inovadores.
- f) Verifica a identificação do(s) responsável(is) técnico(s) pelos projetos e execução das obras.
- g) Verifica a adequação do orçamento, o prazo previsto e do cronograma proposto.
- h) Verifica a existência e a compatibilidade de licenças, outorgas e autorizações necessária, conforme [Anexo I](#).
- i) Elabora a avaliação do imóvel como se pronto estivesse e do terreno, se for o caso, e preenche o Laudo de Análise, sendo conclusivo quanto à viabilidade ou não da proposta.
 - Elabora o Laudo de Análise utilizando modelo em planilha eletrônica caso o SIMIL esteja indisponível ou instável ou a GEHPA/CIHAR tenha autorizado.
- j) Acessa o SIOPI, preenche as informações requeridas nos “Dados de Engenharia” e conclui a demanda.

4.1.12.1 No caso excepcional da demanda ter sido encaminhada pela CEHOE através do sistema SIGDU/SIEGH, encaminha o Laudo de Análise devidamente assinado e digitalizado para a Agência/CCA de vinculação da Proposta.

4.1.13 VISTORIA DA ÁREA DO ENTORNO DO IMÓVEL

4.1.13.1 Existindo dúvidas quanto à localização do imóvel deverão ser solicitadas informações complementares, de forma tempestiva, à unidade demandante do serviço.

4.1.13.2 Trata-se de vistoria técnica para verificar a inserção topográfica do projeto proposto à região limdeira ao imóvel, além da compatibilidade entre terreno e configuração constante no documento de propriedade apresentado.

4.1.13.3 Serão verificadas as condições mínimas obrigatórias para o aceite do imóvel como garantia do financiamento, relacionadas no COT de Avaliação de Bens.

4.1.13.4 Se na vistoria da área forem constatados indícios de contaminação no imóvel, estes deverão ser relatados no Laudo de Análise e observar os procedimentos estabelecidos no COT Avalia Bens sobre o tema.

4.1.13.5 Verificar se a área e o entorno estão em área de risco de alagamento ou deslizamento de encostas, pois quando localizadas nessas áreas as propostas serão consideradas inviáveis.

4.1.13.6 As fotos realizadas na vistoria, referentes ao terreno e entorno, constarão do item Relatório fotográfico do Laudo de Análise, composto por, no mínimo 6 (seis) fotografias coloridas e georreferenciadas, contemplando, o logradouro para ambas as direções, a vista frontal do terreno, a vista dos fundos para a frente e outros 2 registros que sejam complementares e importantes, conforme orienta o [Item 2.12](#).

4.1.13.6.1 Também deverá verificar se as coordenadas geográficas apresentadas pelo cliente na proposta estão compatíveis com o terreno e com a planta de locação e, se for o caso, indicar a coordenada correta no Laudo e apontá-la no campo de “Observações”.

4.1.13.6.2 Se houver benfeitorias no terreno ou edificações a serem demolidas, bem como situações impeditivas ao aceite do imóvel como garantia ou fatores desvalorizantes do imóvel, estas serão obrigatoriamente registradas no campo de “Observações” do Laudo de Análise e constarão no relatório fotográfico.

4.1.14 ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS PROJETOS

4.1.14.1 Esta atividade contempla a verificação dos aspectos relativos à caracterização do objeto proposto, quanto à tipologia, as dimensões, ao padrão de acabamento e a viabilidade de execução, em conformidade com a documentação apresentada.

4.1.14.2 A análise da proposta é realizada somente após o recebimento de toda a documentação exigível, assinada pelo Cliente e Responsável Técnico pela execução da obra, conforme [Anexo I](#).

4.1.14.3 As informações prestadas nos diversos documentos deverão ser compatíveis e coerentes entre si.

4.1.14.4 No caso de constar, na proposta de construção, melhoria/ reforma, com ou sem ampliação e conclusão, a utilização de sistema ou material construtivo inovador, deverão ser seguidas as orientações constantes no [item 3.4](#).

4.1.14.5 Não cabe ao Profissional responsável pela análise sugerir soluções de projetos, especificações ou métodos construtivos a serem empregados, de forma a não caracterizar corresponsabilidade técnica.

4.1.14.5.1 No caso de encontrar qualquer incoerência ou inconsistência na análise, devem ser seguidas as orientações constantes no [item 2.10.2](#) e de seus subitens, sem a indicação ou sugestão de solução.

4.1.14.6 Os projetos apresentados devem conter as informações necessárias para a caracterização do objeto a ser contratado, os atributos funcionais, formais e técnicos considerados, contendo as devidas exigências prescritivas.

4.1.14.6.1 No caso de proposta na modalidade melhoria sem ampliação e sem alteração de estrutura, é exigível a apresentação de estudo preliminar de arquitetura, com informações sucintas e suficientes para a caracterização geral

da concepção adotada, incluindo as dimensões, as localizações dos ambientes da edificação; da caracterização específica dos elementos construtivos e dos seus componentes principais.

4.1.14.7 O projeto conterà a descrição dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção.

4.1.14.7.1 Tais informações serão incluídas nos campos específicos do formulário da Proposta.

4.1.14.8 Poderão ser solicitados projetos complementares para esclarecimento de dúvidas quanto a soluções técnicas necessárias, quando não forem identificáveis somente pelo projeto arquitetônico.

4.1.14.9 No campo “Área coberta-padrão”, constante na PCI, PRM e no Laudo, deverá constar:

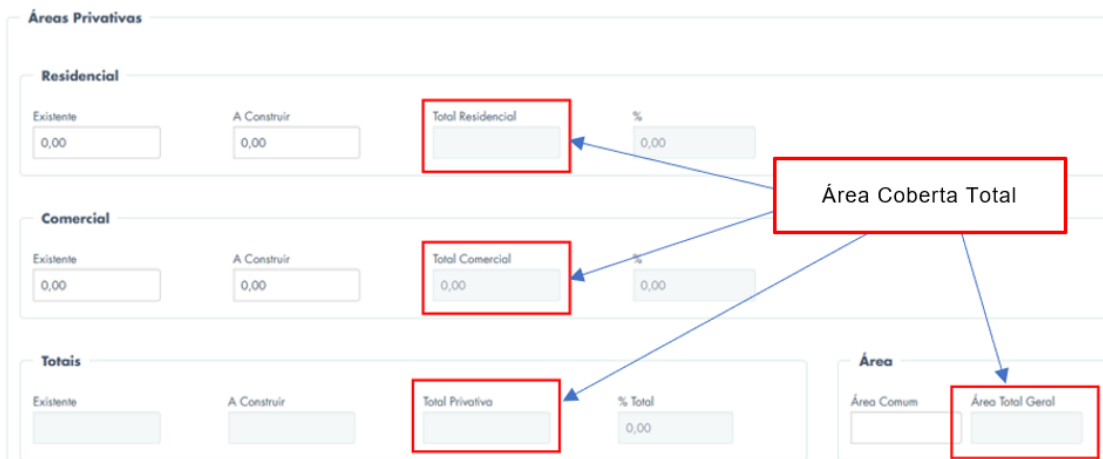
- a) Para unidade habitacional isoladas em regime de propriedade condominial: a área real privativa coberta-padrão do imóvel, nos termos da NBR 12.721/2006;
- b) Para unidades habitacionais isoladas nos demais regimes de propriedade: a área construída, descontadas as áreas de padrão diferente, projeções de beirais e garagens.

4.1.14.10 No campo “Área Acessória Coberta” deverá constar o somatório das áreas cobertas contidas no terreno, porém desvinculadas da edificação principal, e as áreas de garagem.

4.1.14.11 A “Área Coberta Total” será o somatório da “Área Coberta padrão” com a “Área Acessória Coberta”.

4.1.14.12 No Laudo de Análise as informações de áreas devem ser preenchidas como segue:

- a) A Área Coberta Total deverá constar nos campos “Total Residencial” ou “Total Comercial” conforme a destinação do Imóvel, replicando-se nos campos “Total Privativa” e “Área Total Geral”.
- b) As demais áreas deverão ser informadas no campo “Informações Complementares” do Laudo.



4.1.14.13 No caso de previsão de demolição no escopo da proposta, deverá ser disponibilizado projeto de implantação elaborado pelo RT com indicação das projeções da edificação que será demolida e a ser construída, assinado obrigatoriamente pelo RT e Cliente.

4.1.14.14 Em relação aos aspectos físicos, o Profissional responsável pela análise deve verificar se são atendidas as condições mínimas que constam no COT de Avaliação de Bens, e preceitos desse COT.

4.1.15 ANÁLISE DO ORÇAMENTO

4.1.15.1 O orçamento previsto para a análise técnica nas modalidades Construção, Ampliação, Conclusão ou Melhoria/Reforma, deve contemplar todos os serviços necessários, inclusive os já executados, conforme itens da PCI - PROPOSTA CONSTRUÇÃO INDIVIDUAL – CAIXA ou da PRM - PROPOSTA DE REFORMA E MELHORIA INDIVIDUAL - CAIXA.

4.1.15.2 O profissional responsável pela análise deve verificar se há compatibilidade entre os custos previstos e as especificações que constam nos projetos, bem como a adequada incidência do percentual dos serviços em relação ao custo total da intervenção.

4.1.15.3 Os custos de Propostas habitacionais são analisados tomando-se como referência preferencial o SINAPI e, quando não houver referência aderente a Proposta nesse sistema, admite-se a utilização de outra fonte pública ou preços praticados na região, à exemplo do CUB ou Publicações em revistas especializadas.

4.1.15.4 Os custos de Propostas Comerciais são analisados tomando-se como referência preferencial o CUB e, quando essa referência não se mostrar aderente ao projeto proposto, admite-se a utilização de outra fonte pública ou preços praticados na região.

4.1.15.5 A análise tem início com a definição do projeto de referência comparativo que mais se assemelha ao projeto objeto da análise, conforme padrão de acabamento indicado na Proposta.

4.1.15.6 O custo do m² do projeto de referência adotado deverá ser comparado ao custo do m² proposto pelo cliente, excluindo os serviços não contemplados na referência adotada, à exemplo de fundações, piscinas, muros de arrimo e muros de divisa.

4.1.15.6.1 Os itens a serem considerados à parte, deverão ser verificados conforme a metodologia de cada referência técnica adotada na comparação de custos, à exemplo dos definidos na seção 8.3 da NBR 12.721, que são: fundações especiais (profundas), elevador(es), equipamentos e instalações, obras e serviços complementares e itens de acabamento eventualmente não previstos no projeto padrão.

4.1.15.6.1.1 Os custos apresentados no quadro resumo da PCI ou da PRM não consideram a exclusão dos custos de serviços não contemplados na referência adotada e não devem ser comparados diretamente aos custos dos projetos de referência.

4.1.15.6.1.2 Para a comparação com os custos de referência deve ser realizada a compatibilização com o orçamento do projeto proposto no sentido de atender as orientações do [item 4.1.1565](#).



Custos como serviços preliminares, fundações profundas, contenções, custos complementares e aqueles incluídos na proposta como “outros” geralmente não compõem os orçamentos de referência sendo necessário excluí-los do custo proposto para realizar a comparação com a referência adotada na análise.

4.1.15.6.2 Nas propostas de imóveis habitacionais, para efeito de balizamento das incidências dos serviços, serão verificados os parâmetros gerais constantes do [Anexo III](#), que tem caráter de orientação, podendo ser acatada incidência superior ou inferior mediante análise de justificativa apresentada na Proposta.

4.1.15.7 Havendo custos com demolição, estes devem ser informados no campo “Outros”, em item específico “Demolição”.

4.1.15.7.1 Na PCI ou PRM, deverá constar obrigatoriamente o escopo da demolição, total ou parcial, no campo Observações, identificando de forma clara o objeto.

4.1.15.8 É acatável a adoção de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de até 18,00% para obras executadas por construtoras e de até 6% para obras executadas por profissional autônomo.

4.1.15.8.1 Percentuais de BDI acima das referências indicadas no item anterior podem ser acatados, mediante justificativa, desde que se mantenha preservada à condição de viabilidade econômica/financeira da proposta.

4.1.15.9 As informações do SINAPI serão obtidas no site: <http://www.caixa.gov.br/sinapi> ou disponibilizadas pela CIHAR de vinculação.

4.1.15.9.1 Havendo divergência entre os custos de referência e os da Proposta, estas devem ser justificadas, pelo Proponente e RT de sua obra, no próprio formulário.

4.1.15.9.1.1 Caso não seja justificada na Proposta, essa pendência deve ser incluída na PEPT e, se não atendida no prazo definido, o Laudo deverá ser concluído e a Proposta considerada inviável.

4.1.16 ANÁLISE DO CRONOGRAMA

4.1.16.1 Tem como objetivo verificar a compatibilidade do planejamento de execução da obra e serviços com os projetos e prazos propostos.

4.1.16.2 Será informado o percentual de obra já executada, se for o caso.

4.1.16.3 Será verificado o percentual mínimo de 5% exigível para a última parcela.

4.1.16.4 O prazo de construção será de 2 a 24 meses para operações habitacionais.

4.1.16.5 Para operações comerciais os prazos são:

- até 18 meses para Aquisição de Terreno e Construção Simultânea e para Construção;
- até 12 meses para Ampliação/Reforma.

4.1.17 AVALIAÇÃO

4.1.17.1 Para a modalidade aquisição de terreno e construção, serão feitas duas avaliações separadamente, uma para o terreno e outra considerando o imóvel como se pronto estivesse.

4.1.17.2 Para as modalidades construção em terreno próprio, será feita a avaliação do imóvel como se pronto estivesse.

4.1.17.2.1 Para a atribuição de valor ao terreno, como alternativa à realização de avaliação, é permitido a atribuição de até 30% do valor de avaliação do imóvel como se pronto estivesse.

4.1.17.2.2 Quando a atribuição do valor do terreno acima resultar em dificuldade de enquadramento e a CIHAR entender que há distorção significativa em relação à realidade local, fará a devida orientação para o credenciado avaliar o terreno e substituir o Laudo de Análise no SIMIL e no SIOPI.

4.1.17.3 Os dados referentes à avaliação do terreno e do imóvel como se pronto estivesse serão preenchidos no item “Manifestação sobre a Viabilidade e Garantia” do Laudo de Análise no SIMIL.

4.1.17.3.1 O campo “Avaliação do terreno” será necessariamente preenchido para as modalidades Aquisição de Terreno e Construção e Construção em Terreno Próprio.

4.1.17.3.1.1 Para Construção em Terreno Próprio, quando o valor do terreno for atribuído sem avaliação o profissional não deverá realizar avaliação do terreno e deverá incluir nos comentários do Laudo: “O valor informado no campo Avaliação do Terreno foi atribuído”.

4.1.17.4 Para operações de reforma/melhoria, com ou sem ampliação, o imóvel será avaliado como se pronto estivesse.

4.1.18 VERIFICAÇÃO DA VIABILIDADE TÉCNICA

4.1.18.1 Deve ser verificado nesta etapa se todas as obras de engenharia para implementação da unidade habitacional estão contempladas, com especial atenção para obras de terraplenagem, contenção e, também, drenagem de eventuais áreas de fundos do imóvel.

4.1.18.1.1 Para a identificação de eventuais obras de contenção necessárias deve-se verificar in loco a compatibilidade entre a patamarização do projeto legal apresentado com a topografia do lote.

4.1.18.2 Devem ser atendidas todas as condições mínimas obrigatórias para o aceite do imóvel como garantia do financiamento, relacionadas no COT de Avaliação de Bens.

4.1.18.3 Em reformas com ou sem melhoria e ampliação de edificações, serão observadas também as reais condições físicas do imóvel, verificando a compatibilidade entre os sistemas construtivos (original e novo) com os materiais a serem empregados.

4.1.18.3.1 Nestes casos, os afastamentos mínimos constantes nas condições mínimas obrigatórias para o aceite do imóvel como garantia do financiamento somente serão objeto de verificação se fizerem parte da proposta, caso contrário não serão exigidos para aceitar o imóvel como garantia.

4.1.18.4 Nas modalidades aquisição de terreno e construção e construção em terreno próprio, serão atendidas as condições estabelecidas pelo Lei nº 10.406/2002 – Seção VII – Do direito de construir, com ênfase ao prescrito nos artigos 1.299 a 1.302, que tratam dos afastamentos das divisas, aberturas de vãos e despejo de águas pluviais.

4.1.19 VERIFICAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA DA PROPOSTA E CONCLUSÃO DA ANÁLISE

4.1.19.1 A proposta terá viabilidade econômico-financeira quando:

4.1.19.1.1 Para aquisição de terreno e construção, o orçamento apresentado for suficiente para a conclusão da obra e, quando somado ao custo do terreno, for igual ou inferior ao valor de mercado do imóvel, como se pronto estivesse;

4.1.19.1.2 Para construção em terreno próprio, o orçamento apresentado for suficiente para a conclusão da obra e de até 70% do valor de mercado do imóvel como se pronto estivesse, uma vez que será atribuído o valor de até 30% para o terreno.

4.1.19.1.2.1 Caso o valor do terreno seja conhecido proceder conforme o [item 4.1.19.1.1](#);

4.1.19.1.2.2 Excepcionalmente, caso o valor atribuído ao terreno não atinja 30% do valor de mercado do imóvel, o orçamento apresentado pode atingir até 80% do referido valor de mercado, desde que atendida a condição do [item 4.1.19.1.1](#).

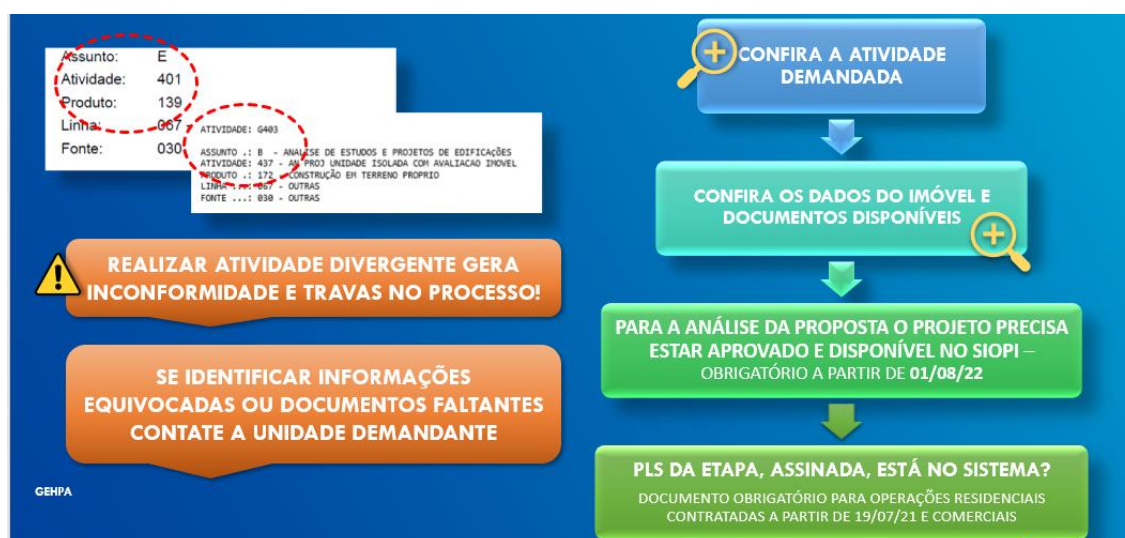
4.1.19.1.3 Para melhoria/reforma, ampliação ou conclusão de construção, o orçamento proposto for suficiente para a conclusão da obra e for inferior ao valor de mercado do imóvel, como se pronto estivesse.

4.1.19.2 Se considerada viável, a análise da proposta é concluída com manifestação favorável quanto à sua viabilidade, utilizando-se o item “Manifestação sobre a viabilidade e Garantia”, do Laudo de Análise.

4.1.19.3 A conclusão da atividade de análise ocorre após o desenvolvimento de todos os procedimentos normalizados e demais aspectos de engenharia julgados pertinentes, preenchimento e conclusão do Laudo de Análise no SIMIL e no SIOPI.

4.1.20 QUADRO RESUMO DE PRAZOS DE ANÁLISE

Atividade	Prazo de atendimento	Responsável
Emissão do Laudo de Análise	15 dias corridos da emissão da O.S., salvo se houver PEPT	Profissional Credenciado
Registro da PEPT documental	02 dias da emissão da O.S.	Profissional Credenciado
Atendimento da PEPT documental	02 dias do registro da PEPT no SIOPI	Proponente
Realização da Vistoria	04 dias corridos da emissão da O.S.	Profissional Credenciado
Registro de PEPT decorrente da análise	Dia seguinte a realização da vistoria	Profissional Credenciado
Atendimento da PEPT decorrente da análise	21 dias corridos do registro da PEPT no SIOPI	Proponente



4.2 ACOMPANHAMENTO DE OBRA

4.2.1 A atividade de acompanhamento de obra compreende o conhecimento da documentação que subsidiou a análise da proposta técnica para contratação do financiamento, verificação de eventuais pendências decorrentes da análise e/ou vistoria anterior, a vistoria da obra, (quando prevista ou necessária), a verificação das informações constantes nas PLS, quando for o caso, e a emissão do RAE nos casos previstos.

4.2.1.1 A periodicidade da realização das vistorias técnicas de obra com aferição em campo é definida pela CAIXA em função das condições estabelecidas pelo produto.

4.2.1.1.1 Em todas as etapas será disponibilizado pelo Proponente a PLS com Relatório Fotográfico, emitida e assinada por ele e pelo Responsável Técnico pela execução da obra, salvo nos casos de operações residenciais contratadas antes de 19 JUL 2021.

4.2.1.2 Quando demandadas, as vistorias realizadas pelo Profissional acontecem exclusivamente para efeito de acompanhamento do andamento da obra e verificação da aplicação dos recursos, sem qualquer responsabilidade técnica pela execução da edificação ou fiscalização da obra.

4.2.2 Para a realização do serviço de acompanhamento de obra, o Profissional busca os documentos relacionados a seguir e que devem estar disponibilizados no SIOPI.

- a) Laudo de Análise;
- b) PCI - Proposta Construção Individual – CAIXA ou PRM - Proposta de Reforma e Melhoria Individual - CAIXA;

- c) PEPT, preenchido no SIOPI;
- d) Projeto legal aprovado, (observar o previsto no Anexo I);
- e) Alvará de Construção ou documento equivalente;
- f) Matrícula da Obra no CNO, salvo casos específicos de dispensa devidamente formalizados pela unidade negocial;
- g) PLS da etapa e anteriores, quando for o caso;
- h) RAEs anteriores, após a primeira aferição.
- i) ART/RRT/TRT de execução e dos projetos arquitetônico, estrutural, elétrico e hidrossanitário.

4.2.3 Caso os documentos não estejam no SIOPI o credenciado deverá recusar a demanda e no caso de documentação incompleta que inviabilize a realização da tarefa, o Profissional preenche a PEPT no SIOPI em até 2 dias da emissão da O.S., estabelecendo prazo máximo de até 15 dias corridos, contados da inclusão no SIOPI, para atendimento pelo cliente.

4.2.4 De posse dos documentos vinculados a etapa, e vinculados as etapas anteriores se existirem, o Profissional deve:

4.2.4.1 Examinar previamente a documentação, verificar se os documentos estão assinados pelo Proponente e RT de execução e verificar a compatibilidade e suficiência da documentação técnica disponibilizada no SIOPI para o perfeito entendimento da proposta objeto do contrato de financiamento, e se a documentação for suficiente, agenda vistoria.

4.2.4.2 Deverão ser verificadas todos os RAE anteriores, quando emitidos em etapas antecedentes, disponibilizados na aba "demais documentos" da aba "documentos" da demanda.

4.2.4.3 No caso de documentação incompleta, sem assinatura ou que inviabilize a realização da atividade, o Profissional preenche a PEPT uma única vez no SIOPI em até 2 (dois) dias contados da emissão da O.S., estabelecendo prazo máximo de até 15 dias corridos, contados da inclusão no SIOPI, para atendimento pelo cliente.

4.2.4.3.1 Caso a pendência não seja atendida no prazo estabelecido, comunica a Agência/CCA a necessidade de liberação da PEPT e finaliza o RAE apontando no campo de Observações o não atendimento às pendências técnicas e documentais apontadas e que o atendimento das pendências é condicionante para realização do desembolso.

4.2.4.4 Sanadas as pendências, se existirem, a vistoria deve ser realizada e durante sua realização deve-se:

- a) Verificar o atendimento de solicitações e pendências constantes no Laudo de Análise quando da primeira vistoria e/ou nos RAE anteriores;
- b) Identificar se foram realizadas obras divergentes dos projetos, orçamentos e memoriais analisados e aceitos na análise técnica de engenharia.
- c) Verificar se o Adesivo de Obra está afixado em local de fácil visualização no Imóvel.

4.2.4.5 Após a vistoria, o RAE deve ser emitido registrando as conclusões da inspeção realizada, eventuais destaques ou pendências no campo "OBSERVAÇÕES", no qual também são indicadas, quando notadas, divergências observadas entre a proposta aprovada pela Caixa e os serviços executados ou em andamento.

4.2.4.6 Somente devem ser considerados, no acompanhamento, os serviços realizados, apontados na PLS quando for o caso, e os materiais aplicados.

4.2.4.6.1 Não serão considerados na aferição os materiais, equipamentos, elementos pré-fabricados ou pré-moldados estocados em canteiro.

4.2.4.6.2 A aferição dos serviços executados será realizada mediante confrontação entre o orçamento, projetos e especificações aprovados na proposta e as condições constatadas quando da vistoria em campo.

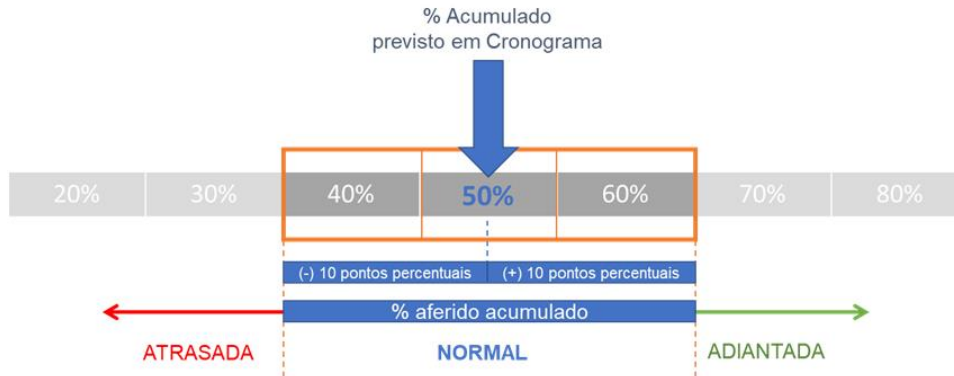
4.2.4.6.3 Para aferição de serviços parcialmente executados, será utilizado o [Anexo IV](#) – Parâmetros recomendados de mensuração de obra como base.

4.2.4.6.4 Os percentuais de execução dos serviços devem ser preenchidos tendo como referência os valores indicados no [ANEXO III](#).

4.2.4.7 Quanto ao cumprimento do cronograma, independente da metodologia de acompanhamento aplicável ao contrato, as obras podem ser classificadas como:

- a) ATRASADA – quando o percentual acumulado aferido em obra for inferior ao percentual acumulado previsto no cronograma, e essa diferença for superior a 10 pontos percentuais;
- b) ADIANTADA – quando o percentual acumulado aferido em obra for igual ou superior ao percentual acumulado no cronograma, e essa diferença for superior a 10 pontos percentuais;

- c)NORMAL – quando o percentual acumulado aferido em campo estiver em conformidade com o cronograma, e não se enquadrar nas situações previstas nas demais alíneas desse item;
- d)PARALISADA - a obra será considerada paralisada, caso o proponente não apresente novo cronograma no prazo definido, quando classificada como ATRASADA.
- e)PRAZO VENCIDO – quando o prazo previsto para a conclusão da obra é extrapolado, sem que seja realizada uma reprogramação com aumento de prazo.



4.2.4.8 Quando constatada na vistoria divergência, a menor ou a maior, entre o percentual de evolução ou serviço aferido em campo e o previsto no cronograma e/ou informado na PLS, essa informação deverá ser registrada no campo de Observações do RAE e evidenciada no relatório fotográfico.

4.2.4.9 As classificações previstas no [item 4.2.4.7](#), exceto obra PARALISADA, serão indicadas automaticamente no campo “Situação da Obra” constante no RAE, e deverão ser evidenciadas no relatório fotográfico.

4.2.4.9.1 Em caso de obra ATRASADA o seguinte alerta constará no RAE: “OBRA EM ATRASO – EVOLUÇÃO AFERIDA INFERIOR AO INFORMADO NO CRONOGRAMA COM DIFERENÇA SUPERIOR A 10 PONTOS PERCENTUAIS EM RELAÇÃO AO PERCENTUAL PREVISTO ACUMULADO, NECESSÁRIO REPROGRAMAR O CRONOGRAMA DE OBRAS.”.

4.2.4.9.2 Em caso de obra com PRAZO VENCIDO o seguinte alerta constará no RAE: “OBRA COM PRAZO VENCIDO - Nº DE ETAPAS MAIOR QUE O PREVISTO PARA CONCLUSÃO DA OBRA, NECESSÁRIO REPROGRAMAR CRONOGRAMA OU COMPROVAR SUA CONCLUSÃO.”.

4.2.4.9.3 Em caso de obra ADIANTADA o seguinte alerta constará no RAE: "A ANÁLISE DE REPROGRAMAÇÃO DE CRONOGRAMA, CASO SEJA SOLICITADA PELO PROPONENTE EM CONFORMIDADE COM O PERCENTUAL AFERIDO NESSE RAE, SERÁ REALIZADA SEM NECESSIDADE DE VISTORIA ADICIONAL.”.

4.2.4.10 Quando houver diferença entre o percentual acumulado aferido e o percentual acumulado informado na PLS e essa diferença for maior ou igual a 10 pontos percentuais, quando se identificar a existência de serviços ou aspectos visualmente não conformes com as normas ou objeto contratual, ou quando se identificar inexistência de serviço apontado como executado, exige-se vistoria presencial na próxima etapa e as mensagens descritas nos itens [4.2.4.10.1](#), [4.2.4.10.2](#) e [4.2.4.10.3](#) devem ser incluídas no campo de Observações do RAE conforme a situação identificada.

4.2.4.10.1 Havendo serviços ou aspectos visualmente não conformes com as normas ou objeto contratual, incluir a seguinte mensagem no campo de observações do RAE : “OBRA EXECUTADA EM DESACORDO COM O PROJETO ANALISADO SENDO NECESSÁRIO SOLICITAR A ANÁLISE DA ALTERAÇÃO DE PROJETO/CORREÇÃO DOS SERVIÇOS (DESCREVER SERVIÇOS EM DESACORDO). NECESSÁRIO VISTORIA PRESENCIAL PARA PRÓXIMA LIBERAÇÃO”.

4.2.4.10.2 Havendo serviços apontados como executados na PLS, mas que não foram efetivamente executados na obra, incluir a seguinte mensagem no campo de observações do RAE: “O SERVIÇO (XX – DESCREVER O SERVIÇO) APONTADO COMO EXECUTADO NA PLS NÃO SE ENCONTRA EFETIVAMENTE EXECUTADO NA OBRA. NECESSÁRIO VISTORIA PRESENCIAL PARA PRÓXIMA LIBERAÇÃO E SOLICITAR APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DO CLIENTE”.

4.2.4.10.3 Quando houver diferença entre o percentual acumulado aferido e o percentual acumulado informado na PLS e essa diferença for maior ou igual a 10 pontos percentuais, considerando eventuais glosas aplicáveis, o seguinte alerta constará no RAE: “PERCENTUAL AFERIDO INFERIOR AO INFORMADO NA PLS. NECESSÁRIO VISTORIA PRESENCIAL PARA PRÓXIMA LIBERAÇÃO”.

4.2.4.11 Nas operações contratadas até 18 JUL 21, que não tenham optado pelo acompanhamento por marcos, para obras classificadas como ADIANTADAS incluir no campo de observações do RAE as seguintes mensagens conforme o caso:

- a) Quando receber demanda só de E-401 (vistoria de aferição): “A ANÁLISE DE REPROGRAMAÇÃO DE CRONOGRAMA, CASO SEJA SOLICITADA PELO PROPONENTE EM CONFORMIDADE COM O PERCENTUAL AFERIDO NESSE RAE, SERÁ REALIZADA SEM NECESSIDADE DE VISTORIA”.
- b) Quando receber demanda de E-401(vistoria de aferição) concomitante com G-403(reprogramação de cronograma): “PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL DE EVOLUÇÃO PREVISTO E CLASSIFICAÇÃO DA OBRA FOI CONSIDERADO O CRONOGRAMA REPROGRAMADO ALVO DESTA ANÁLISE.”

4.2.4.12 O Relatório Fotográfico do RAE, conforme [item 2.12](#), deverá ser preenchido com as fotos realizadas na vistoria em campo, contendo no mínimo de 12 (doze) fotografias, coloridas e georreferenciadas, evidenciar o adesivo de obras quando estiver afixado na obra e os serviços aferidos quando da inspeção, bem como, obrigatoriamente, as divergências quando existentes.

4.2.4.12.1 Para a fase de serviços preliminares e fundações o total de fotos pode ser reduzido para o mínimo de 6 (seis), desde que se visualize a execução completa dos serviços, o logradouro, o terreno e o adesivo/placa de obra modelo CAIXA afixado.

4.2.4.12.2 Cabe ressaltar que o relatório fotográfico não deverá conter fotografias onde apareçam pessoas, ainda que de forma parcial, como forma de resguardar o direito de uso de imagens.

4.2.4.13 Os campos com as datas de Contratação (Data de assinatura do contrato), Término Previsto e de realização da vistoria devem ser preenchidos obrigatoriamente no RAE para que o documento seja considerado válido.

4.2.4.13.1 Caso a data de contratação não seja informada na demanda, deverá ser solicitada ao demandante.

4.2.4.14 Deverá ser indicado no RAE o percentual Mensurado Atual, o Mensurado no mês anterior, a Variação do Período e o percentual de evolução acumulado informado na PLS (dispensado o preenchimento do campo PLS quando esse documento não for exigível).

4.2.4.15 A fixação do adesivo de obra será verificada pelo Profissional na vistoria.

4.2.4.16 Finalizado o trabalho, acessa o SIOPI na aba “Documentos”, seleciona “Relatório de Acompanhamento De Evolução da Obra – RAE” e anexa o RAE.

4.2.4.16.1 Acessa a aba “Dados de Engenharia”, clica em “Alterar” e preenche os campos editáveis no Bloco “Dados da Avaliação”, incluindo no campo “% Acumulado de Evolução de Obras” o percentual informado no RAE no campo “Mensurado Acumulado Total”

4.2.4.16.2 No campo Observações dessa mesma tela do SIOPI, informar o percentual do RAE constante no campo “Variação do período” e outras observações relativas à obra, se houverem, e conclui a demanda preenchendo o campo CPF com os dados do responsável técnico pela emissão do RAE.

4.2.5 O prazo para entrega/conclusão do RAE é de 06 dias corridos da emissão da respectiva O.S, excetuando-se os casos de PEPT.

4.2.5.1 A realização da vistoria e entrega/upload do RAE no prazo estipulado é de extrema importância, de forma a não atrasar a liberação da parcela, gerando desgastes desnecessários para a CAIXA com os seus Proponentes, em função dos compromissos financeiros por estes assumidos.

4.2.5.2 No caso de descumprimento deste prazo, a credenciada estará sujeita às penalizações previstas no contrato da empresa.

4.2.6 QUADRO RESUMO DE PRAZOS DE ACOMPANHAMENTO

Atividade	Prazo de atendimento	Responsável pelo atendimento
Emissão do RAE	06 dias corridos da emissão da O.S., salvo se houver PEPT	Profissional Credenciado
Registro de PEPT única	02 dias da emissão da O.S.	Profissional Credenciado
Atendimento da PEPT	15 dias corridos do registro da PEPT no SIOPI	Proponente

4.2.7 PROPOSTA DE REPROGRAMAÇÃO DE CRONOGRAMA

4.2.7.1 Caso solicitado pelo Proponente a qualquer momento ou quando apontada a necessidade de reprogramação no RAE emitido pelo profissional responsável pelo acompanhamento, o cronograma será revisto, utilizando os mesmos critérios previstos no [item 4.1.16](#).

4.2.7.1.1 Para que seja realizada a reprogramação do cronograma é necessário que o Proponente apresente a Proposta de Reprogramação de Cronograma.

4.2.7.1.2 Os documentos necessários à realização da análise deverão estar disponíveis no SIOPI, completos e assinados pelo Cliente e Responsável Técnico pela execução da Obra, juntamente com a PLS.

4.2.7.1.2.1 Caso não estejam disponíveis no SIOPI ou estejam sem assinatura, o credenciado deverá recusar a demanda dentro dos prazos previstos para o procedimento.

4.2.7.2 Para as operações contratadas até 18 JUL 21 e que não tenham optado pela vistoria por marcos, a análise do pedido de reprogramação deve basear-se na Proposta de Reprogramação apresentada e no percentual de evolução da obra aferido na obra, constante no último RAE emitido.

4.2.7.3 Para operações contratadas a partir de 19 JUL 21, sujeitas a metodologia de acompanhamento por marcos e anteriores quando o cliente tiver optado por essa metodologia de acompanhamento, observar o que segue:

4.2.7.3.1 Para operações com prazo vencido, enquadrada nessa situação antes da vistoria do 2º marco, ou classificada como ATRASADA ou ADIANTADA, deve ser feita a verificação do estágio de evolução da obra com base no relatório fotográfico da proposta de reprogramação, na última PLS e RAE emitido, se houver, sendo obrigatória a vistoria *in loco* para fins de inspeção das reais condições executivas da obra.

4.2.7.4 Demandas de Propostas de Reprogramação de Cronograma podem ser solicitadas à mesma empresa credenciada que realizou a análise da proposta ou à empresa credenciada que fez apontamento no acompanhamento de obra, através de demanda do tipo G-403 observando o que segue:

4.2.7.4.1 Para as operações habitacionais contratadas até 18 JUL 21 que não tenham optado pelo acompanhamento por marcos e outras operações sujeitas a mesma modalidade de acompanhamento, as reprogramações devem observar o que segue:

- a) Solicitação de reprogramação do cronograma conforme evolução constante no último RAE, deverá ser demandada atividade G403 vinculada a E401 direcionada à empresa que emitiu o último RAE.
- b) Solicitação reprogramação do cronograma concomitante com a vistoria para aferição de evolução de obra, deverá ser demandada abertura de E401 conforme fila junto com atividade G403 direcionada à mesma empresa convocada pelo sistema.

4.2.7.4.2 Operações habitacionais contratadas a partir de 19 JUL 21, sujeitas a metodologia de acompanhamento por marcos, e outras operações sujeitas a mesma metodologia de acompanhamento:

- a) Para operações com prazo vencido enquadrada nessa situação antes da vistoria do 2º marco, demanda atividade G403, com vistoria;
- b) Operações classificadas como ATRASADA ou ADIANTADA demanda atividade G403, com vistoria;
- c) Para as demais situações, deve ser demandada atividade G403, sem vistoria.

4.2.7.4.2.1 Em quaisquer dos casos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c”, se o pedido de análise da proposta de reprogramação coincidir com a solicitação de vistoria de aferição, deverá ser demandada abertura de E401, conforme fila, junto com atividade G403 direcionada à mesma empresa convocada pelo sistema.

4.2.7.5 O profissional responsável pela atividade deverá analisar somente as informações referentes à Proposta de Reprogramação de Cronograma e:

- a) Verificar a compatibilidade e suficiência da documentação técnica apresentada, conforme [Anexo I](#).
- b) Verificar Se permanecem atendidas às condições mínimas para aceitação do imóvel como garantia, conforme o caso.

- c) Realizar vistoria, quando necessária, para confirmar compatibilidade entre a evolução informada pelo cliente e a evolução da obra.
- d) Verificar a adequação do orçamento, o prazo previsto e do novo cronograma proposto.
- e) Manifestar-se sobre a reprogramação no campo específico constante no formulário de Proposta de Reprogramação de cronograma.

4.2.7.6 A formalização da análise das propostas de reprogramação, se dará por meio de manifestação no campo específico constante no formulário Proposta de Reprogramação de Cronograma.

4.2.7.7 O Profissional deverá concluir a demanda enviando a manifestação Técnica sobre a Proposta de Reprogramação de Cronograma à Agência/CCA de vinculação da operação.

4.2.7.8 O prazo para entrega/conclusão das demandas do tipo G é de 06 dias corridos da emissão da respectiva O.S, excetuando-se os casos de PEPT.

4.2.8 PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROJETO/ORÇAMENTO

4.2.8.1 É permitida a alteração de projeto ou especificação de material, mediante requerimento do Proponente.

4.2.8.1.1 O Proponente informa por escrito previamente por meio da Proposta de Alteração de projeto/especificação (em meio impresso e/ou digital) o que pretende alterar, apresenta o projeto com as modificações pretendidas e quaisquer outros documentos que se façam necessários a depender da alteração solicitada.

4.2.8.1.2 Os documentos necessários à realização da análise deverão estar disponíveis no SIOPI, completos e assinados pelo Responsável Técnico pela execução da Obra, juntamente com a PLS.

4.2.8.1.2.1 Caso não estejam disponíveis no SIOPI ou estejam sem assinatura, o credenciado deverá recusar a demanda dentro dos prazos previstos para o procedimento.

4.2.8.1.3 São permitidas alterações relativas ao padrão de acabamento ou a solução construtiva desde que mantenham desempenho técnico equivalente ou superior ao acatado na análise, à exemplo de inserção de laje de concreto quando o projeto original não previa uso de laje ou alteração da especificação do tipo de telha na cobertura.

4.2.8.1.4 Conforme regramento do produto e previsto na minuta contratual, para as operações de financiamentos de unidades residenciais e submetidas à metodologia de acompanhamento por marcos, as alterações de área para maior ou menor só serão permitidas após a conclusão da obra.

4.2.8.1.4.1 Por alterações de área entende-se as modificações, para mais ou para menos, em metragem superior a 1/20 da área total construída informada na proposta.

4.2.8.1.4.2 Situações não contempladas nos itens anteriores devem ser avaliadas junto à CIHAR de vinculação.

4.2.8.1.5 Propostas que apresentem mudanças nas incidências pactuadas na contratação da operação, só podem ser aceitas com justificativas técnicas do RT da obra, fundamentadas e coerentes com o projeto/sistema construtivo.

4.2.8.1.6 Nas operações financiadas com recursos do FGTS, as alterações propostas só serão aceitas se o valor de avaliação do imóvel permanecer enquadrado nos valores definidos para o programa, na data da contratação.

4.2.8.1.7 O valor de financiamento concedido não será alterado em função das alterações propostas e possíveis custos adicionais advindos de tais alterações serão necessariamente aportados pelo cliente com recursos próprios.

4.2.8.2 Demandas de Proposta de Alteração/correção de Projeto ou orçamento realizadas após a contratação da operação, conforme itens [4.2.8.1.3](#) e [4.2.8.1.4](#), poderão ser solicitadas à mesma empresa credenciada que realizou a análise da proposta ou à a empresa credenciada que fez apontamento no acompanhamento de obra, através de demanda do tipo G-403.

4.2.8.2.1 A atividade tem valor de remuneração para a empresa credenciada definido em 1 (uma) hora técnica, conforme edital de credenciamento vigente.

4.2.8.2.2 Para os casos de alterações não previstas nos regramentos, conforme descrito no item [4.2.8.1.4.2](#), o valor de remuneração da empresa credenciada é definido pela CIHAR de vinculação, sendo limitado a 70% do valor da atividade de análise do tipo B que originou a contratação.

4.2.8.2.3 O prazo para entrega/conclusão das demandas do tipo G é de 06 dias corridos da emissão da respectiva O.S, excetuando-se os casos de PEPT.

4.2.8.3 Para a realização da atividade o profissional deverá verificar:

- a) A compatibilidade e suficiência da documentação técnica apresentada, conforme [Anexo I](#).
- b) Se permanecem atendidas às condições mínimas para aceitação do imóvel como garantia, conforme o caso.

- c) Se na alteração proposta permanecem atendidos os critérios de viabilidade relacionados à titularidade, à adequação ao local da intervenção, à funcionalidade, à exequibilidade técnica e aos sistemas ou materiais construtivos inovadores.
- d) A identificação do(s) responsável(is) técnico(s) pelos novos projetos e execução das obras.
- e) A adequação do orçamento, o prazo previsto e do novo cronograma proposto, se for o caso.
- f) A existência e a compatibilidade de licenças, outorgas e autorizações necessárias

4.2.8.4 O profissional que realizou a atividade deverá manifestar-se sobre o pedido de alteração de projeto no campo específico do formulário de Proposta de Alteração de Projeto/Especificação e emissão de novo Laudo de Análise no SIMIL, alterando no Laudo original apenas as condições e especificações acatadas na análise dessa atividade e preservando as demais.

4.2.8.5 Se constatadas incoerências, inconsistências, ausência de assinaturas ou insuficiências nas peças técnicas em decorrência desta análise, o profissional indica as pendências técnicas para prosseguimento da análise de engenharia uma única vez.

4.2.8.6 As pendências técnicas apontadas devem ser concluídas todas de uma só vez.

4.2.8.7 Após atendidas as pendências técnicas, deverá dar prosseguimento a rotina de análise até a finalização do trabalho no formulário Proposta de Alteração de Projeto e concluindo o Laudo de Análise no SIMIL (ou em formulário Excel quando autorizado pela CAIXA) como segue:

- a) Elabora o Laudo de Análise.
- b) Elabora a avaliação do imóvel como se pronto estivesse nas mesmas condições da análise inicial.
- c) Elabora a “Manifestação sobre a Viabilidade e Garantia”, constante no Laudo de Análise.
- d) Conclui o Laudo de Análise no SIMIL e envia a manifestação Técnica sobre a Alteração de Projeto/Especificação à Agência/CCA de vinculação da operação.

4.2.8.8 Em caso de não resolução das pendências técnicas no prazo de até 15 dias corridos contados a partir da inclusão da PEPT no SIOPI, o responsável pela análise encaminha mensagem ao demandante relatando o fato e finaliza o Laudo como inviável.

4.3 ANÁLISE DE AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA PARA IMÓVEIS ALIENADOS COM A CAIXA – NA AMORTIZAÇÃO

4.3.1 A análise de proposta para ampliação e/ou reforma no imóvel alienado se baseará na PRM - Proposta de Reforma e Melhoria Individual – CAIXA apresentada pelo Proponente e demais documentos necessários nos moldes do [item 2.13](#) e seus subitens e deverá ser verificado se o proposto assegura a:

- e) Integridade estrutural;
- f) Atende as normas técnicas e legislação vigente;
- g) Mantém ou eleva as condições de habitabilidade, salubridade, segurança e solidez do imóvel;
- h) Mantenha o valor da garantia, pois, caso a proposta reduza o valor da garantia esta deverá ser negada.

5 CONTROLE DE QUALIDADE DOS TRABALHOS DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

5.1 MONITORAMENTO

5.1.1 O monitoramento consiste na orientação, acompanhamento e controle da atuação das empresas credenciadas, durante a elaboração dos serviços, por reunião, comunicação telefônica, correspondência ou mensagem eletrônica.

5.1.2 Este processo compreende a distribuição dos serviços às empresas credenciadas, a orientação técnica/normativa ao credenciado, o esclarecimento de dúvidas, o acompanhamento do desenvolvimento do trabalho, a gestão do prazo de entrega das atividades e o atendimento dos procedimentos normativos aplicáveis à demanda.

5.1.3 No monitoramento, cabe avaliar se o profissional credenciado detém o conhecimento técnico e experiência profissional necessários à execução da atividade objeto da demanda.

5.1.3.1 Este procedimento é feito exclusivamente nas atividades demandadas pelas CIHAR.

5.1.4 A atuação do monitor tem foco no atendimento às normas da CAIXA e no repasse das solicitações do Gestor ou da área interessada no trabalho e não implica em corresponsabilidade pelo trabalho executado.

5.1.5 O monitor é responsável por verificar se o serviço concluído contém faltas e/ou erros de preenchimento ou não observância do COT ou Normativos e pode decidir pela visita ao local, para apurar as informações prestadas que apresentaram incoerências.

5.1.6 Caso identifique erros e/ou faltas no trabalho técnico elaborado:

- a) O monitor comunicará tais erros e/ou faltas à empresa credenciada responsável pela execução do serviço e solicitará esclarecimentos, complementações ou correções;
- b) Persistindo os mesmos, total ou parcialmente, o monitor preencherá Relatório de Revisão e o encaminhará ao coordenador de revisionamento da CIHAR, que deliberará sobre o repasse à GILOG de vinculação (Coordenação de Gestão Formal), para abertura de processo administrativo de aplicação de penalidade, conforme contrato.

5.2 REVISIONAMENTO

5.2.1 Todas as atividades executadas pelas empresas credenciadas estão sujeitas à revisão.

5.2.2 A revisão visa realizar a gestão da qualidade dos serviços prestados pelas empresas credenciadas de arquitetura, engenharia e trabalho social, pela aferição de possíveis erros e/ou faltas existentes nas peças técnicas elaboradas pelas empresas credenciadas, passíveis de aplicação de penalidades previstas no contrato.

6.1 ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO PARA ANÁLISE TÉCNICA

Documentos necessários para Análise Técnica de Propostas de financiamento de imóveis com destinação residencial	
Tipo de Análise	Documentos
Aquisição de Terreno e Construção, Construção em Terreno Próprio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta Construção Individual – PCI devidamente preenchida e datada, assinada pelo RT da obra e pelo Cliente e entregue em formato PDF ou PDF-A ou impressa; ▪ Propostas cadastradas no SIOPI até 31 JUL 2022: Projeto Legal (projeto de arquitetura em meio digital, arquivo extensão "PDF, PDF-A" contemplando desenhos técnicos como plantas baixas, cortes e fachadas, exigidos para as modalidades de construção); ▪ Propostas cadastradas no SIOPI a partir de 01 AGO 2022: projeto aprovado pela Prefeitura Municipal - Projeto Legal (projeto de arquitetura em meio digital, arquivo extensão ". PDF, PDF-A" contemplando desenhos técnicos como plantas baixas, cortes e fachadas, exigidos para as modalidades de construção), que deve ser aprovado pela Prefeitura Municipal; ▪ Certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel objeto do financiamento, individualizada e atual; ▪ ART/RRT/TRT do projeto legal; ▪ ART/RRT/TRT dos projetos estrutural, elétrico e hidrossanitário; ▪ ART/RRT/TRT de execução de obra; ▪ Projeto de implantação elaborado pelo RT com indicação das projeções da edificação que será demolida e a ser construída, assinado obrigatoriamente pelo RT e Cliente, quando houver previsão de demolição no escopo da proposta.
Conclusão, Melhoria e/ou Reforma, com ou sem ampliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta Reforma e Melhoria - PRM, devidamente preenchida e datada, assinada pelo RT da obra e pelo Cliente e entregue em formato PDF ou PDF-A ou impressa; ▪ Projeto Legal mostrando claramente as alterações (quando o projeto legal não incluir o layout interno da unidade como é o caso da aprovação simplificada, tal layout, bem como cortes e fachadas, deverão ser apresentados pelo cliente para análise da proposta), aprovado pelos órgãos competentes, quando houver ampliação ou alteração estrutural; ▪ Estudo preliminar de arquitetura, com informações sucintas e suficientes para a caracterização geral da concepção adotada conforme NBR nº 16.636/2017, no caso de melhoria/reforma sem ampliação e sem alteração de estrutura; ▪ Certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel objeto do financiamento, individualizada ou documento com efeitos legais equivalentes ao da própria matrícula individualizada; ▪ ART/RRT/TRT de execução de obra; ▪ ART/RRT/TRT do projeto legal; ▪ ART/RRT/TRT dos projetos estrutural, elétrico e hidrossanitário (dispensável se não houver previsão de alteração estrutural ou de instalações na proposta); ▪ Projeto de implantação elaborado pelo RT com indicação das projeções da edificação que será demolida e a ser construída, assinado obrigatoriamente pelo RT e Cliente, quando houver previsão de demolição no escopo da proposta.
Imóveis Alienados ou Hipotecados com a CAIXA - Ampliação ou Reforma/Melhoria de imóveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel objeto do financiamento, individualizada e válida ou documento com efeitos legais equivalentes ao da própria matrícula individualizada; ▪ Projeto Legal mostrando claramente as alterações (quando o projeto legal não incluir o layout interno da unidade como é o caso da aprovação simplificada, tal layout, bem como cortes e fachadas, deverão ser apresentados pelo cliente para análise da proposta), aprovado pelos órgãos competentes, quando houver ampliação ou alteração estrutural; ▪ Estudo preliminar de arquitetura, com informações sucintas e suficientes para a caracterização geral da concepção adotada conforme NBR nº 16.636/2017, no caso de melhoria/reforma sem ampliação e sem alteração de estrutura; ▪ Proposta de Reforma e Melhoria - PRM, devidamente preenchida e datada, assinada pelo RT da obra e pelo Cliente e entregue em formato PDF ou PDF-A ou impressa; ▪ ART/RRT/TRT de autoria do projeto legal (documentação dispensada para melhoria/reforma sem ampliação e sem alteração da estrutura); ▪ ART/RRT/TRT de execução de obra; ▪ ART/RRT/TRT dos projetos estrutural, elétrico e hidrossanitário, quando aplicáveis (dispensável se não houver previsão de alteração estrutural ou de instalações na proposta);

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto de implantação elaborado pelo RT com indicação das projeções da edificação que será demolida e a ser construída, assinado obrigatoriamente pelo RT e Cliente, quando houver previsão de demolição no escopo da proposta.
Alteração de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Legal mostrando claramente as alterações (quando o projeto legal não incluir o layout interno da unidade como é o caso da aprovação simplificada, tal layout, bem como cortes e fachadas, deverão ser apresentados pelo cliente para análise da proposta), aprovado pelos órgãos competentes; ▪ Proposta de Alteração de Projeto/Especificação, identificando as alterações, devidamente preenchida e datada (em formato PDF assinada pelo RT da obra e Cliente); ▪ ART/RRT/TRT do projeto legal alterado.
Alteração de Responsável Técnico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alvará de Construção ou documento equivalente atualizado. ▪ ART/RRT/TRT de execução da obra, em nome do novo Responsável Técnico.
Reprogramação de Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta de Reprogramação de Cronograma
Documentos necessários para Análise Técnica de Propostas de financiamento de imóveis com destinação Comercial	
Aquisição de Terreno e Construção, Construção em Terreno Próprio, Melhoria e/ou Reforma, com ou sem ampliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Certidão Atualizada de Inteiro Teor da Matrícula, original, contendo registro atual, as ações reais e pessoais reipersecutórias e outros ônus incidentes sobre o imóvel; ▪ Comprovante de recolhimento do foro e laudêmio, se imóvel sob regime enfiteutico; ▪ Para Proposta de Construção em Terreno Próprio ou Aquisição de Terreno e Construção - Projeto Legal Aprovado (Quando o projeto legal não incluir o layout interno da unidade como é o caso da aprovação simplificada, tal layout, bem como cortes e fachadas, deverão ser apresentados pelo cliente para análise da proposta); ▪ Para proposta de Reforma/Melhoria/Conclusão - Projeto Legal mostrando claramente as alterações (quando o projeto legal não incluir o layout interno da unidade como é o caso da aprovação simplificada, tal layout, bem como cortes e fachadas, deverão ser apresentados pelo cliente para análise da proposta), aprovado pelos órgãos competentes, quando houver ampliação ou alteração estrutural; ▪ Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, quando exigível pelo órgão responsável pela aprovação; ▪ ART/RRT de Execução de Obras, projeto arquitetônico e complementares; ▪ PCI para Construção em Terreno Próprio e Aquisição de Terreno e Construção ou PRM – para Reforma/Melhoria/Conclusão com ou sem ampliação, devidamente preenchida e datada, assinada pelo RT da obra e pelo Cliente e entregue em formato PDF ou PDF-A ou impressa; ▪ Alvará ou licença de construção/execução, ou documento informando a dispensa do Alvará/Licença emitido pelo Ente Público responsável na localização do imóvel objeto do financiamento.
Alteração de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Legal mostrando claramente as alterações (quando o projeto legal não incluir o layout interno da unidade como é o caso da aprovação simplificada, tal layout, bem como cortes e fachadas, deverão ser apresentados pelo cliente para análise da proposta), aprovado pelos órgãos competentes; ▪ Proposta de Alteração de Projeto/Especificação, identificando as alterações, devidamente preenchida e datada (em formato PDF assinada pelo RT da obra e em formato de planilha eletrônica); ▪ ART/RRT/TRT do projeto legal alterado.
Alteração de Responsável Técnico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alvará de Construção ou documento equivalente atualizado. ▪ ART/RRT/TRT de execução da obra, em nome do novo Responsável Técnico.
Reprogramação de Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta de Reprogramação de Cronograma

6.2 ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DE ACABAMENTOS DE OBRA, CONFORME NBR 12.721:2006

Especificações de acabamentos nos orçamentos dos projetos-padrão residenciais				
Acabamento		Padrão		
Serviço/Local		Alto	Normal	Baixo
Portas	Externas e Internas	Madeira maciça lisa encerada	Madeira compensada lisa, com 3,5 cm de espessura e pintura esmalte acetinado fosco	Madeira, semi-oca, com 3,5 cm de espessura, sem pintura de acabamento
		Batente e guarnição de madeira para cera	Batente e guarnição de madeira para pintura esmalte	Batente de ferro com pintura esmalte
	Ferragens	Ferro cromado pesado	Ferro cromado médio	Ferro cromado leve
Fechaduras	Portas internas e de entrada	Fechadura para tráfego moderado, tipo VI (70mm), em ferro com acabamento cromo-acetinado	Fechadura para tráfego moderado, tipo IV (55mm), em ferro com acabamento cromado	Fechadura para tráfego moderado, tipo II (40mm), em zamak
Janelas Basculantes	Externas e Internas	Alumínio anodizado na cor bronze, perfis linha 30, vidro liso/fantasia 4 mm	Alumínio anodizado na cor natural padronizado, perfis linha 25, com vidro liso/fantasia 4 mm	Esquadria de ferro de chapa dobrada nº 18, para pintura esmalte sintético, com vidro liso/fantasia 4 mm
		Perfil de chapa dobrada n.º 20, com tratamento em fundo anticorrosivo e acabamento em pintura esmalte brilhante		
	Peitoris	Granito cinza Mauá e = 2 cm, com pingadeira	Concreto	
Impermeabilização	Pisos de banheiros, cozinhas, lajes e áreas de serviço	Argamassa cimento e areia e pintura com tinta de base betuminosa		
	Lajes de cobertura, cobertura da casa de máquinas	Laje impermeabilizada		
	Caixa d'água	Argamassa rígida		
Acessórios	Banheiros	Bacia sanitária com caixa-acoplada e cuba em louça de cor - modelo especial	Bacia sanitária com caixa-acoplada e cuba em louça de cor - modelo simples	Bacia sanitária com caixa de descarga não-acoplada
		Metais de luxo (águas quente e fria); ducha manual	Metais simples (águas quente e fria)	Metais simples (água fria)
		Bancada de granito cinza Mauá e=3 cm com cuba de louça em cor	Bancada de granito branco e=2 cm com cuba de louça em cor	Lavatório de louça branca sem coluna
		Acessórios de justapor de luxo	Acessórios de justapor simples	Acessórios de embutir de louça branca
	Cozinha	Bancada de granito/cuba inox/metais de luxo (água quente e fria)	Bancada de mármore branco, medida padronizada/cuba simples inox/metais cromados simples (água fria)	Bancada de mármore sintético com cuba de mármore sintético metais simples (água fria)
	Áreas de serviço	Tanque de louça de luxo/metais cromados de luxo	Tanque de louça simples sem coluna/metais cromados simples	Tanque de mármore sintético/metais simples
	Banheiro de empregada	Lavatório de louça colorida com coluna	Lavatório de louça colorida sem coluna	Lavatório de louça branca sem coluna
		Metais cromados simples (água fria)		Metais simples (água fria)
		Bacia sanitária colorida com caixa acoplada		Bacia sanitária branca com caixa de descarga não acoplada
		Acessórios de justapor simples		Acessórios de embutir de louça simples

Especificações dos acabamentos nos orçamentos dos projetos-padrão residenciais (continuação)				
Acabamento		Padrão		
Serviço/Local		Alto	Normal	Baixo
Pisos e rodapé	Salas, quarto e circulação	Frisos de madeira (tábua corrida) raspados e resinados Cerâmica esmaltada 30 cm x 30 cm	Cerâmica esmaltada 40 cm x 40 cm	Cerâmica esmaltada 20 cm x 20 cm
	Banheiros		Cerâmica esmaltada 20 cm x 20 cm	
	Cozinha e área de serviço		Cerâmica esmaltada 30 cm x 30 cm	
	Banheiro de empregada		Cerâmica esmaltada 20 cm x 20 cm	
	Quarto de empregada ou depósito			
Revestimento interno: Paredes	Salas, quartos e circulação	Chapisco e massa única		
	Cozinhas, área e banheiros	Placa cerâmica (azulejo) de dimensão 15 cm x 15 cm, PEI II, na cor branca		
	Piso cerâmico	Placa cerâmica, dimensões 40 cm x 40 cm, PEI II	Placa cerâmica, dimensões 20 cm x 20 cm e 30 cm x 30 cm, PEI III	
	Banheiro de empregada	Azulejos brancos 15 cm x 15 cm		
Revestimento interno: Teto	Salas, quartos e circulação de cozinha e área de serviço	Chapisco e massa única		
	Banheiros (inclusive de empregada) e halls de entrada e de pavimentos	Forro de placas de gesso		
Revestimento externo	Fachadas	Chapisco, massa única pastilha vitrificada 5 cm x 5 cm ou chapisco, massa única, textura acrílica; pastilha vitrificada 5 cm x 5 cm em 35% da fachada	Chapisco, massa única, textura acrílica; cerâmica 10 cm x 10 cm em 35% da fachada	Chapisco, massa única e tinta à base de PVA
Cobertura	Telhado com madeiramento	Chapa ondulada de cimento amianto com estrutura de madeira		
Pintura: Paredes	Salas, quartos, quarto de empregada, circulação	Tinta acrílica sobre massa corrida	Tinta à base de PVA sobre massa corrida	Tinta à base de PVA
Pintura: Teto	Salas, quartos, quarto de empregada, circulação, banheiros, cozinha, área de serviço	Tinta acrílica sobre massa corrida	Tinta à base de PVA sobre massa corrida	Tinta à base de PVA

Especificações dos acabamentos nos orçamentos de projetos-padrão comerciais			
Acabamento		Padrão	
Serviço/Local		Alto	Normal
Portas	Externas e internas	Madeira maciça lisa encerada	Madeira compensada lisa, com 3,5 cm de espessura, com pintura esmalte acetinado fosco
		Batente e guarnição de madeira para cera	Batente e guarnição de madeira para pintura esmalte
	Ferragens	Ferro cromado pesado	Ferro cromado médio
Janelas e Basculantes	Externas e internas	Alumínio anodizado na cor bronze, perfis linha 30, vidro liso/fantasia 4 mm	Alumínio anodizado na cor natural padronizado, perfis linha 25, com vidro liso/fantasia 4 mm
	Peitoris	Granito cinza Mauá e = 2 cm, com pingadeira	Concreto
Impermeabilização	Pisos de banheiros e cozinhas	Argamassa cimento e areia e pintura com tinta de base betuminosa	
	Lajes de cobertura, cobertura da casa de máquinas	Laje impermeabilizada	
	Caixa d'água	Argamassa rígida	
Acessórios	Banheiros	Bacia sanitária com caixa-acoplada e cuba em louça de cor - modelo especial	Bacia sanitária com caixa-acoplada e cuba em louça de cor - modelo simples
		Metals de luxo (água fria)	Metals simples (água fria)
		Bancada de granito cinza Mauá e=3 cm com cuba de louça em cor	Bancada de granito branco e=2 cm com cuba de louça em cor
		Acessórios de justapor de luxo	Acessórios de justapor simples
Pisos e rodapé	Salas e lojas	Contrapiso	
	Banheiros	Granito cinza Mauá e= 1,5 cm	Cerâmica esmaltada 30 cm x 30 cm
	Banheiros de serviço	Cerâmica esmaltada 30 cm x 30 cm	Cerâmica esmaltada 20 cm x 20 cm
Cobertura	Telhado com madeiramento	Chapa ondulada de cimento amianto com estrutura de madeira	
Pintura: Paredes	Salas e lojas	Tinta à base de PVA	
	Escadas	Tinta à base de PVA sobre massa corrida	Pintura texturizada
	Portaria, hall dos pavimentos e pilotis	Tinta acrílica	Tinta à base de PVA sobre massa corrida
Pintura: Teto	Salas, lojas e escadas	Tinta à base de PVA	
	Banheiros	Tinta à base de PVA sobre massa corrida	
	Garagem	Tinta à base de PVA	Caiação

6.3 ANEXO III - INTERVALO DE VALOR DA INCIDÊNCIA DOS SERVIÇOS NO ORÇAMENTO - RECOMENDAÇÃO

ITEM	SERVIÇO	INFERIOR	SUPERIOR
1	SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS	1,13%	3,97%
2	INFRAESTRUTURA	3,07%	7,43%
3	SUPRAESTRUTURA	12,17%	17,67%
4	PAREDES E PAINÉIS	4,80%	10,67%
5	ESQUADRIAS	4,16%	13,27%
6	VIDROS E PLÁSTICOS	0,00%	2,45%
7	COBERTURAS	0,00%	12,94%
8	IMPERMEABILIZAÇÕES	0,00%	10,10%
9	REVESTIMENTOS INTERNOS	6,81%	9,32%
10	FORROS	0,00%	2,18%
11	REVESTIMENTOS EXTERNOS	3,87%	5,30%
12	PISOS	8,41%	11,51%
13	PINTURA	3,63%	6,47%
14	ACABAMENTOS	1,01%	1,38%
15	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS	3,75%	4,85%
16	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	3,63%	4,27%
17	INSTALAÇÕES DE ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS	3,65%	4,30%
18	LOUÇAS E METAIS	4,14%	4,87%
19	COMPLEMENTOS/OUTROS SERVIÇOS	0,24%	2,29%
20	OUTROS SERVIÇOS	0,00%	10,00%

- Valores calculados conforme tipologias construtivas da tabela do CUPE- Custo Unitário PINI de Edificações

6.4 ANEXO IV – PARÂMETROS RECOMENDADOS PARA MENSURAÇÃO DE OBRA

Parâmetros de mensuração					
Fundações e embasamento	estaqueamento	60%	Pintura interna	paredes e tetos	75%
	escavação	8%		esquadrias	15%
	sapatas, cintas, cortinas	20%		áreas e poços	5%
	rebaixamento do lençol	8%		rodapé, corrimão, quadros	5%
	escoramento dos vizinhos	4%		emassamento	60%
Superestrutura	(medir proporcionalmente ao nº de pavimentos)	100%	Pintura interna (látex)	1ª demão	20%
				2ª demão	20%
Alvenaria	(medir proporcionalmente ao nº de pavimentos)	100%	Pintura sobre madeira	seladora	40%
				1ª demão	30%
Esquadria de Alumínio	contramarco	30%		2ª demão	30%
	folha	70%	Pintura externa (látex acrílico)	seladora	20%
Esquadria de Madeira	aduela	35%		1ª demão	40%
	folha	60%		2ª demão	40%
	alizar ou guarnição	5%	1ª demão	30%	
Ferragem	dobradiça	20%	Pintura externa (cal com fixador)	2ª demão	30%
	fechadura	70%		3ª demão	40%
	maçanetas e espelhos	10%		Azulejos	chapisco
Cobertura	madeiramento	45%	emboço		15%
	telha	45%	assentamento		75%
	arremates (rufos, calhas e tabeira)	10%	rejuntamento		5%
			Piso cerâmico ou madeira	contrapiso	35%
Impermeabilização	(medir proporcionalmente à área de aplicação)	100%		cerâmica ou madeira (taco)	65%
			Piso em carpete	contrapiso	50%
Revestimento interno	chapisco	10%		carpete	50%
	emboço	20%	Louças e metais (imóvel c/1 banheiro)	cozinha e área de serviço	45%
	reboco (gesso)	70%		banheiro	55%
Revestimento externo	chapisco	20%	Louças e metais (imóvel c/2 banheiros)	cozinha e área de serviço	35%
	emboço alisado (reboco pta.)	80%		banheiros	65%
Parâmetros de mensuração – Instalações					
Instalações elétricas e telefônicas	tubulação nas lajes	30%	Água fria e água quente	tubulação no piso	20%
	tubulação nas alvenarias e caixas	30%		tubulação na alvenaria	70%
	enfição	20%		caixa d'água	10%
	disjuntores, tomadas e interruptores	10%	Esgoto e águas pluviais	tubulação no piso	20%
				tubulação na alvenaria	70%
	entrada e quadros de energia elétrica	10%	Instalação de gás	caixa d'água	10%
		tubulação no piso		70%	
			tubulação na alvenaria	30%	

6.5 ANEXO V – LAUDO DE ANÁLISE - INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO

Grupo de campos	Subgrupo de campos	Descrição dos campos	
Cabeçalho	Nº A.S.	Número da Autorização de Serviço gerado pelo sistema SIGDU (4.48) ou ordenador gerado pelo SIMILWEB para as demandas sem A.S.	
	Unidade demandante	Unidade que demandou o trabalho ao credenciado ou ao profissional do quadro.	
	Modelo	Tipo de peça técnica (completo, simplificado, completo de uso restrito, simplificado de uso restrito).	
	Grupo	Unidade em prédio, Unidade Isolada Construção ou Unidade Isolada Terreno.	
	Grau de sigilo	Conforme OR016	
	Folha	Folha do Nº seqüencial em relação ao total de folhas do documento.	
Introdução/ Identificação	Proponente	Nome completo do proponente.	
	CPF	CPF do proponente.	
	Telefone	Telefone do proponente com DDD.	
	Categoria	Categoria de imóveis à qual pertence o imóvel (apartamento, casa, loja, terreno, etc.).	
	UF	Sigla da unidade da Federação.	
	Município do imóvel	Nome do município onde se situa o imóvel.	
	Distrito/ Localidade/ Cidade	Nome da Cidade, Distrito ou Localidade onde se situa o imóvel.	
	Bairro	Nome do Bairro onde se situa o imóvel.	
	Endereço do imóvel	Endereço onde se situa o imóvel.	
	Cad. Municipal	Identificador do imóvel no cadastro Municipal.	
	Latitude	Hemisfério	Hemisfério em que está situado o imóvel.
		Graus	Coordenada do local em que se situa o imóvel – graus.
		Min	Coordenada do local em que se situa o imóvel – minutos.
		Seg	Coordenada do local em que se situa o imóvel – segundos.
	Longitude Oeste	Graus	Coordenada do local em que se situa o imóvel – graus.
		Min	Coordenada do local em que se situa o imóvel – minutos.
		Seg	Coordenada do local em que se situa o imóvel – segundos.
	Datum	Identifica o sistema de coordenadas geográficas utilizado para georreferenciar o imóvel.	
	CEP	Código de Endereçamento Postal: Número identificador da localização do imóvel com o nível de detalhamento a ele associado, na tabela de endereçamento.	
	Finalidade	Auto-explicativo	
	Objetivo	Auto-explicativo	
	Pressupostos, ressalvas e fatores limitantes	Pressupostos, ressalvas e fatores limitantes considerados no trabalho.	
	Foto	Foto da fachada principal do imóvel.	
Características da região	Infraestrutura urbana	Tipos de infraestrutura existente no endereço (água potável, esgoto sanitário, energia elétrica, telefone, pavimentação, esgoto pluvial, gás canalizado, iluminação pública, outros).	
	Serviços públicos e comunitários	Tipos de serviços públicos e comunitários disponíveis (coleta de lixo, transporte coletivo, comércio, rede bancária, educação, saúde, segurança, outros).	
	Padrão das edificações da região	Indica o padrão predominante de acabamento das edificações na região.	
	Usos predominantes no logradouro	Tipo de uso predominante no logradouro ou trecho (residencial multifamiliar, residencial unifamiliar, comercial, institucional, outros.)	
	Via de acesso ao endereço	Categoria da via de acesso ao imóvel.	
	Região no contexto urbano	Inserção da região onde se situa o imóvel em relação ao município.	
	Influências valorizantes	Existência de influências destacadamente valorizantes na região.	
	Influências desvalorizantes	Existência de influências destacadamente desvalorizantes na região.	
CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL	Benefitorias Pré existentes	Benefitorias existentes no terreno previamente à emissão do laudo.	
	Benefitorias Previstas	Implantação/Inserção	Indica o tipo de empreendimento em que o prédio está inserido.
		Vistoria	Indica se a vistoria foi realizada e a sua abrangência.
		Data da Vistoria	Auto-explicativo.
		Destinação	Indica os tipos de uso aos quais a unidade será destinada.
		Teto	Indica o tipo de teto do imóvel.
		Cobertura	Indica o tipo de cobertura do imóvel.
		Fachada Principal	Informa o material usado no acabamento das paredes da fachada principal da unidade avalianda.
		Demais fachadas	Informa o material usado no acabamento das paredes das demais fachadas da unidade avalianda.
		Esquadrias Fachada Principal	Informa o material de que são feitas as esquadrias da fachada principal da unidade avalianda.
		Demais esquadrias	Informa o material de que são feitas as esquadrias das demais fachadas da unidade avalianda.
		Áreas Molhadas Pisos	Material usado no acabamento dos pisos das áreas molhadas da unidade.
		Áreas Molhadas Paredes	Material usado no revestimento das paredes das áreas molhadas da unidade.
		Áreas Secas Pisos	Material usado no acabamento das áreas secas da unidade.
		Padrão de Acabamento	Indica o padrão de acabamento da unidade.
		Estado de Conservação	Indica o estado de conservação da unidade.
		Idade Estimada (anos)	Idade estimada pela aparência da edificação.
		Nº subsolos	Nº de subsolos do imóvel.
		Nº Térreos	Nº de térreos do imóvel.

Grupo de campos	Subgrupo de campos	Descrição dos campos	
CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL	Benefitorias Previstas	Nº Mezaninos	Nº de Mezaninos do imóvel.
		Nº Sobrelojas	Nº de Sobrelojas do imóvel.
		Nº Pav Outros	Nº de pavimentos exceto os demais indicados.
		Nº Coberturas	Nº de Coberturas do imóvel.
		Qtd Pavimentos da Unidade	Soma dos quantitativos dos tipos de pavimentos.
		Locação do Terreno	Indica o posicionamento da edificação no terreno em relação aos imóveis vizinhos.
		Vista Panorâmica	Indica provável Influência da vista panorâmica na qualificação do imóvel.
		Orientação Solar	Indica o posicionamento da edificação em relação à incidência dos raios solares.
		Vagas de garagem definidas total cobertas	Total de vagas cobertas definidas.
		Vagas de garagem definidas total descobertas	Total de vagas descobertas definidas.
		Vagas de garagem definidas total	Total de vagas definidas.
		Taxa de Condomínio	Taxa de condomínio do imóvel quando for o caso.
		Fração Ideal	Fração ideal do imóvel no condomínio quando for o caso.
		Sistema Construtivo	Classificação conforme AE091 em "Convencional", "Não Convencional" e "Inovador".
		Classificação Sist. Construtivo	Tipo de sistema construtivo adotado na unidade avalianda.
		Paredes/painéis	Método construtivo utilizado nas paredes e painéis da edificação.
		Divisão Interna	Informa a quantidade e o tipo de compartimentos que compõem a unidade.
		Equipamentos da unidade ou disponíveis para a unidade no empreendimento	Auto-explicativo.
		Área Privativa Residencial	Existente
	A construir		Auto-explicativo.
	Total Residencial		Auto-explicativo.
	% Residencial		Percentual de área privativa residencial em relação à área privativa total
	Área Privativa Comercial	Existente	Auto-explicativo.
		A construir	Auto-explicativo.
		Total Residencial	Auto-explicativo.
		% Residencial	Percentual de área privativa comercial em relação à área privativa total
	Área Privativa Total (m ²)	Existente	Auto-explicativo.
		A construir	Auto-explicativo.
		Total Residencial	Auto-explicativo.
		% Total	Auto-explicativo.
	TERRENO DA UNIDADE	Área (m ²)	Área do terreno
		Testada (m)	Medida da frente do lote.
		Profundidade Equivalente	Razão entre a área do terreno e a testada.
		Posição	Posição do lote na quadra, podendo ser meio de quadra ou esquina.
		Cota/greide	Indica a cota do terreno em relação ao greide do logradouro.
		Formato aproximado	Formato aproximado do polígono que constitui o lote.
		Inclinação	Indica a topografia do terreno quanto à inclinação.
		Cercamento	Indica se o terreno possui cercamento.
		Cercamento Frente	Indica o tipo de cercamento usado na frente do terreno.
		Cercamento Laterais/Fundos	Indica o tipo de cercamento usado nas laterais e fundo do terreno.
	Vocação principal	Indica o uso principal destinado ao terreno.	
	EMPREENHIMENTO	Nº de Prédios	Auto-explicativo.
		Total de unidades	Auto-explicativo.
		Ocupação do terreno	Elementos existentes no terreno prédios, arruamento, áreas verdes, outros).
		Padrão do empreendimento	Indica o padrão de acabamento do empreendimento
		Infra-estrutura	Infraestrutura existente no empreendimento.
		Estado de Conservação	Indica o estado de conservação do empreendimento

Grupo de campos	Subgrupo de campos	Descrição dos campos	
CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL	TERRENO DO EMPREENDIMENTO	Área (m ²)	Área do terreno
		Testada (m)	Medida da frente do lote.
		Profundidade Equivalente	Razão entre a área do terreno e a testada.
		Posição	Posição do lote na quadra, podendo ser meio de quadra ou esquina.
		Cota/greide	Indica a cota do terreno em relação ao greide do logradouro.
		Formato aproximado	Formato aproximado do polígono que constitui o lote.
		Inclinação	Indica a topografia do terreno quanto à inclinação.
		Cercamento	Indica se o terreno possui cercamento.
		Cercamento Frente	Indica o tipo de cercamento usado na frente do terreno.
		Cercamento Laterais/Fundos	Indica o tipo de cercamento usado nas laterais e fundo do terreno.
		Controle de Acesso	Indica a existência de controle de acesso de veículos e pedestres ao empreendimento.
PATOLOGIAS E DEFICIÊNCIAS PRÉ-EXISTENTES E NÃO CONTEMPLADAS NA PROPOSTA	Vícios de Construção Graves	Indica a existência de vícios de construção graves na edificação.	
	Outros Danos Graves	Indica a existência de outros danos graves na edificação.	
	Estabilidade e Solidez	Indica a existência de estabilidade e solidez na edificação.	
	Condições de Habitabilidade	Indica a existência de condições de habitabilidade na unidade.	
AVALIAÇÃO	Situação descrita e considerada para efeito de avaliação	Condição do terreno (vazio ou não) e condição considerada para o imóvel proposto (geralmente considerado "pronto")	
	Tipo de valor determinado	Tipo de valor determinado, se locativo ou de compra e venda	
	Data de Referência da Avaliação	Auto-explicativo.	
	Avaliação global	Área (m ²)	Auto-explicativo.
		R\$/m ²	Valor unitário de avaliação do imóvel.
		Valor Global (R\$)	Auto-explicativo.
		Parte Residencial (R\$)	Auto-explicativo.
		Parte Comercial (R\$)	Auto-explicativo.
	Avaliação itemizada	Avaliação distinta por itens, se for o caso.	
	Valor de avaliação do imóvel considerado pronto:	Auto-explicativo.	
	Avaliação do Terreno	Área Terreno(m ²)	Auto-explicativo.
		R\$/m ²	Valor unitário de avaliação do terreno.
		Valor de Avaliação do Terreno (R\$)	Auto-explicativo.
		Valor da Fração Residencial (R\$)	Auto-explicativo.
		Valor da Fração Comercial (R\$)	Auto-explicativo.
	Valor de Compra e Venda do Terreno	Área Terreno(m ²)	Auto-explicativo.
		R\$/m ²	Valor unitário de avaliação do terreno.
		Valor de Compra e Venda do Terreno (R\$)	Auto-explicativo.
		Valor da Fração Residencial (R\$)	Auto-explicativo.
		Valor da Fração Comercial (R\$)	Auto-explicativo.

Grupo de campos	Subgrupo de campos	Descrição dos campos	
ORÇAMENTO PROPOSTO	Custo (R\$)	Serviços Preliminares e gerais	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Serviços Preliminares e gerais.
		Infraestrutura	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Infraestrutura.
		Supraestrutura	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Supraestrutura.
		Paredes e painéis	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Paredes e painéis.
		Esquadrias	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Esquadrias.
		Vidros e plásticos	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Vidros e plásticos.
		Coberturas	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Coberturas.
		Impermeabilizações	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Impermeabilizações.
		Revestimentos internos	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Revestimentos internos.
		Forros	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Forros.
		Revestimentos Externos	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Revestimentos Externos.
		Pintura	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Pintura.
		Pisos	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Pisos.
		Acabamentos	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Acabamentos.
		Instalações elétricas e telefônicas	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Instalações elétricas e telefônicas.
		Instalações hidráulicas	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Instalações hidráulicas.
		Instalações de esgoto e águas pluviais	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Instalações de esgoto e águas pluviais.
		Louças e metais	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Louças e metais.
		Complementos	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Complementos.
		Outros serviços	Custo (R\$) em R\$ referente à incidência Outros serviços.
	Peso (%)	Serviços Preliminares e gerais	Percentual que a incidência Serviços Preliminares e gerais representa no custo total.
		Infraestrutura	Percentual que a incidência Infraestrutura representa no custo total.
		Supraestrutura	Percentual que a incidência Supraestrutura representa no custo total.
		Paredes e painéis	Percentual que a incidência Paredes e painéis representa no custo total.
		Esquadrias	Percentual que a incidência Esquadrias representa no custo total.
		Vidros e plásticos	Percentual que a incidência Vidros e plásticos representa no custo total.
		Coberturas	Percentual que a incidência Coberturas representa no custo total.
		Impermeabilizações	Percentual que a incidência Impermeabilizações representa no custo total.
		Revestimentos internos	Percentual que a incidência Revestimentos internos representa no custo total.
		Forros	Percentual que a incidência Forros representa no custo total.
		Revestimentos Externos	Percentual que a incidência Revestimentos Externos representa no custo total.
		Pintura	Percentual que a incidência Pintura representa no custo total.
		Pisos	Percentual que a incidência Pisos representa no custo total.
		Acabamentos	Percentual que a incidência Acabamentos representa no custo total.
		Instalações elétricas e telefônicas	Percentual que a incidência Instalações elétricas e telefônicas representa no custo total.
		Instalações hidráulicas	Percentual que a incidência Instalações hidráulicas representa no custo total.
Instalações de esgoto e águas pluviais		Percentual que a incidência Instalações de esgoto e águas pluviais representa no custo total.	
Louças e metais		Percentual que a incidência Louças e metais representa no custo total.	
Complementos		Percentual que a incidência Complementos representa no custo total.	
Outros serviços		Percentual que a incidência Outros serviços representa no custo total.	
	Custo Total (R\$)	Custo total das edificações	
	Total (%)	Soma dos percentuais de todas as incidências.	
	Unitário (R\$/m2)	Custo unitário.	
	Custo Total com BDI (R\$)	Custo total das edificações com BDI.	
	BDI (%)	Percentual de BDI acatado na análise.	
	Unitário (R\$/m2)	Custo unitário com BDI.	
	Custo parte residencial (R\$)	Auto-explicativo.	
	Custo Parte Comercial (R\$)	Auto-explicativo.	
	% Executado Residencial	Percentual da obra já executado verificado na vistoria referente à parte Residencial.	
	% Executado Comercial	Percentual da obra já executado verificado na vistoria referente à parte Comercial.	
	% Executado Total	Percentual da obra já executado verificado na vistoria.	

Grupo de campos	Subgrupo de campos	Descrição dos campos	
CRONOGRAMA	Prazo Previsto para Execução (meses)	Auto-explicativo.	
	Número de parcelas previstas	Número de parcelas do cronograma, onde cada parcela representa um mês.	
	Acumulado %	Parcela 1	Percentual acumulado previsto para a Parcela 1.
		Parcela 2	Percentual acumulado previsto para a Parcela 2.
		Parcela 3	Percentual acumulado previsto para a Parcela 3.
		Parcela 4	Percentual acumulado previsto para a Parcela 4.
		Parcela 5	Percentual acumulado previsto para a Parcela 5.
		Parcela 6	Percentual acumulado previsto para a Parcela 6.
		Parcela 7	Percentual acumulado previsto para a Parcela 7.
		Parcela 8	Percentual acumulado previsto para a Parcela 8.
		Parcela 9	Percentual acumulado previsto para a Parcela 9.
		Parcela 10	Percentual acumulado previsto para a Parcela 10.
		Parcela 11	Percentual acumulado previsto para a Parcela 11.
		Parcela 12	Percentual acumulado previsto para a Parcela 12.
		Parcela 13	Percentual acumulado previsto para a Parcela 13.
		Parcela 14	Percentual acumulado previsto para a Parcela 14.
		Parcela 15	Percentual acumulado previsto para a Parcela 15.
		Parcela 16	Percentual acumulado previsto para a Parcela 16.
		Parcela 17	Percentual acumulado previsto para a Parcela 17.
		Parcela 18	Percentual acumulado previsto para a Parcela 18.
		Parcela 19	Percentual acumulado previsto para a Parcela 19.
		Parcela 20	Percentual acumulado previsto para a Parcela 20.
		Parcela 21	Percentual acumulado previsto para a Parcela 21.
		Parcela 22	Percentual acumulado previsto para a Parcela 22.
		Parcela 23	Percentual acumulado previsto para a Parcela 23.
		Parcela 24	Percentual acumulado previsto para a Parcela 24.
	Simples %	Parcela 1	Percentual simples previsto para a Parcela 1.
		Parcela 2	Percentual simples previsto para a Parcela 2.
		Parcela 3	Percentual simples previsto para a Parcela 3.
		Parcela 4	Percentual simples previsto para a Parcela 4.
		Parcela 5	Percentual simples previsto para a Parcela 5.
		Parcela 6	Percentual simples previsto para a Parcela 6.
		Parcela 7	Percentual simples previsto para a Parcela 7.
		Parcela 8	Percentual simples previsto para a Parcela 8.
		Parcela 9	Percentual simples previsto para a Parcela 9.
		Parcela 10	Percentual simples previsto para a Parcela 10.
		Parcela 11	Percentual simples previsto para a Parcela 11.
		Parcela 12	Percentual simples previsto para a Parcela 12.
		Parcela 13	Percentual simples previsto para a Parcela 13.
		Parcela 14	Percentual simples previsto para a Parcela 14.
		Parcela 15	Percentual simples previsto para a Parcela 15.
		Parcela 16	Percentual simples previsto para a Parcela 16.
		Parcela 17	Percentual simples previsto para a Parcela 17.
		Parcela 18	Percentual simples previsto para a Parcela 18.
Parcela 19		Percentual simples previsto para a Parcela 19.	
Parcela 20		Percentual simples previsto para a Parcela 20.	
Parcela 21		Percentual simples previsto para a Parcela 21.	
Parcela 22		Percentual simples previsto para a Parcela 22.	
Parcela 23		Percentual simples previsto para a Parcela 23.	
Parcela 24		Percentual simples previsto para a Parcela 24.	

Grupo de campos	Subgrupo de campos	Descrição dos campos
CONCLUSÃO	Os documentos exigidos foram apresentados e estão compatíveis entre si?	Auto-explicativo.
	A proposta atende às normas técnicas e as condições mínimas exigidas pela CAIXA?	Auto-explicativo.
	O orçamento proposto foi aprovado?	Auto-explicativo.
	O cronograma proposto foi aceito?	Auto-explicativo.
	A proposta é tecnicamente viável e o imóvel pode ser aceito como garantia para a operação de crédito imobiliário?	Auto-explicativo.
	DOCUMENTOS	Lista dos documentos referentes ao imóvel a/ou trabalho disponibilizados, obtidos e/ou gerados.
	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	Auto-explicativo.
SIGNATÁRIOS	Responsável Técnico	Informa o nome do responsável técnico pelo trabalho.
	Formação	Formação acadêmica do responsável técnico pelo trabalho.
	CREA / CAU	Número do registro profissional do responsável técnico pelo trabalho". O engenheiro ou arquiteto CAIXA utiliza carimbo com CREA ou insere o número do CREA em assinatura digital.
	CPF/Matricula	Cadastro de Pessoa Física ou matrícula do empregado CAIXA responsável técnico pelo trabalho
	Empresa	Empresa credenciada à qual o responsável técnico pelo trabalho é vinculado (dispensado quando o responsável técnico pelo trabalho for engenheiro ou arquiteto CAIXA)
	CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa credenciada.
	Representante Legal	Representante legal da empresa credenciada (dispensado quando o responsável técnico pelo trabalho for engenheiro ou arquiteto CAIXA)
	CPF	Cadastro de Pessoa Física do responsável técnico pelo trabalho (dispensado quando o responsável técnico pelo trabalho for engenheiro ou arquiteto CAIXA)
	Data	Auto-explicativo.
	Responsável técnico	Assinatura do responsável técnico pelo trabalho.
Representante legal	Assinatura do representante legal da empresa credenciada.	
Outros	Assinatura de outros, se for o caso.	
Relatório fotográfico		Fotografias do imóvel e região com indicação do que a foto representa e suas especificidades.

6.6 ANEXO VI – SIGLAS E CONCEITOS

- Análise de Viabilidade Técnica de Propostas de Financiamento de Pessoas Físicas – conjunto de atividades realizada por profissional habilitado para identificar o valor de um bem, seus custos, frutos e direitos, verificação das exigências normativas, da existência de vícios construtivos aparentes, condições de habitabilidade e salubridade e a possibilidade de aceitação do mesmo como garantia;
- Área Contaminada – área onde há presença de substância(s) química(s) no ar, água ou solo, decorrentes de atividades antrópicas, em concentrações tais que restrinjam a utilização desse recurso ambiental para os usos atual ou pretendido, definidas com base em avaliação de risco à saúde humana, assim como aos bens a proteger, em cenário de exposição padronizado ou específico;
- Área Suspeita de Contaminação – área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria com indícios de ser uma área contaminada;
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Avaliação – análise técnica, realizada por Profissional habilitado, para identificar o valor de um bem, seus custos, frutos e direitos, bem como determinar indicadores da viabilidade de sua utilização econômica para determinada finalidade, situação e data;
- BDI – Benefícios e Despesas Indiretas;
- CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
- CFT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais;
- CNO – Cadastro Nacional de Obras da RFB – Receita Federal do Brasil, é o banco de dados criado para substituir a CEI – Cadastro Específico do INSS [http://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos/cadastros/cno](http://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos/cadastros/cno;);
- Condomínio – área existente na malha urbana, com acesso por arruamento em área pública, onde os lotes ou as unidades e seus acessos internos estão em área privada, estando sujeitos ao regulamento de normas firmadas na instituição e convenção do próprio condomínio, aprovadas por meio de legislação pública;
- Concessionária – pessoa jurídica para a qual o Poder Público concede os direitos e deveres da prestação de determinados serviços públicos, tais como, energia elétrica, água, coleta de esgoto;
- COT – Caderno de Orientação Técnica;
- CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- CRT – Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais;
- Custo de Produção – orçamento total da obra, representado pela soma de todos os gastos com insumos, inclusive mão-de-obra, despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos necessários para a produção, manutenção ou ampliação de um bem, numa determinada data e situação;
- Empreendimento – complexo de edificações, sob a forma de condomínio ou loteamento ou proposta/projeto habitacional com intervenção concentrada ou pulverizada, na área urbana ou rural;
- Empreendimento em Condomínio – o empreendimento objeto da incorporação ou da instituição do condomínio efetuada para uma determinada área;
- Empreendimento em Loteamento – o empreendimento delimitado pela poligonal formada pelo conjunto das quadras objeto de intervenção e vias de acesso imediato aos respectivos lotes, constituído por matrículas individuais;
- Empresa Credenciada – empresa de engenharia ou arquitetura, que presta serviços à CAIXA;
- Especificação – descrição das características dos materiais e serviços, constando o padrão de acabamento, linha de produto e local onde será empregado. É parte integrante da Proposta de Financiamento de Unidade Isolada;
- GIHAB – Gerência Executiva de Habitação;
- Habitabilidade – condições mínimas de segurança quanto à solidez, salubridade, funcionalidade e conforto das construções, possibilitando a imediata ocupação e utilização do imóvel;
- “Habite-se” ou documento equivalente – documento, expedido pela Prefeitura local ou órgão competente, que atesta a condição de regularidade do imóvel, liberando a edificação recém construída ou reformada para uso. Pode ter outros nomes variando conforme o município e órgão expedidor;
- Imóvel Multifamiliar - unidade habitacional em um mesmo lote com única matrícula e com entradas distintas e medidores de água e energia elétrica separados;
- Imóvel Novo – aquele que encontra-se em uma das seguintes condições:
 - com até 180 dias da data de emissão do “habite-se” ou documento equivalente, expedido por órgão público competente;

- tenha ultrapassado 180 dias da data de emissão do “habite-se”, mas não tenha sido habitado ou alienado, excetuando-se os casos em que o proponente for o primeiro comprador do imóvel e comprove a sua ocupação durante a negociação de venda ou quando tratar-se de imóvel recebido pelo vendedor do terreno do empreendimento, mediante dação em pagamento.
- Infraestrutura Básica Urbana – equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar, vias de circulação, pavimentadas ou não, e solução para esgoto sanitário;
- Laudo de Análise – formulário preenchido no SIMIL, pelo Profissional responsável pela análise técnica e/ou acompanhamento de obra;
- Loteamento – área existente na malha urbana, com arruamento em área pública, onde os lotes estão em área privada e estão sujeitos exclusivamente ao regulamento das normas públicas;
- Lote Urbanizado – área dotada de infraestrutura, ou seja, com vias de acesso, soluções para abastecimento de água potável e de energia elétrica e soluções de esgotamento sanitário e de águas pluviais;
- “MANIFESTAÇÃO SOBRE A VIABILIDADE E GARANTIA” – item do Laudo de Análise a ser preenchido pelo Profissional responsável pela análise técnica de engenharia e/ou acompanhamento de obra;
- O.S. – Ordem de serviço;
- Pavimentação definitiva – tratamento permanente da superfície para regularização do piso e conservação da base, feito com asfalto, concreto, paralelepípedo, peças intertravadas de concreto, e/ou outros elementos que configurem uma solução adequada para tráfego e sejam as práticas adotadas pelo município em suas vias públicas;
- PEPT– Pendência para Elaboração de Peça Técnica, formulário a ser preenchido pelo Profissional responsável pela análise técnica de engenharia e/ou acompanhamento de obra, relacionando as pendências na documentação apresentada pelo Proponente;
- PCI - Proposta Construção Individual – CAIXA – formulário contendo todas as informações necessárias para a solicitação de financiamento de unidade isolada, nos casos de Construção em Terreno Próprio ou Aquisição de Terreno e Construção, entregue assinada pelo Proponente e seu Responsável Técnico;
- PLS – Planilha de Levantamento de Serviços;
- Prazo de Obra – período compreendido entre a data da emissão do Alvará de construção e a data informada na proposta para conclusão da obra;
- PRM – Proposta de Reforma ou Melhoria Individual – CAIXA – formulário contendo todas as informações necessárias para a solicitação de financiamento de unidade isolada, nos casos de Conclusão, Reforma ou Melhoria, com ou sem ampliação, entregue assinada pelo Proponente e seu Responsável Técnico;
- Profissional – Arquiteto ou Engenheiro responsável pela análise técnica de engenharia e/ou acompanhamento de obra, pertencente ao quadro próprio da carreira profissional da CAIXA ou profissional de empresa credenciada;
- Projeto Legal – Conjunto de peças técnicas de arquitetura e engenharia elaborados para a apresentação e aprovação nos órgãos responsáveis de acordo com as exigências de cada município;
- Proponente – pessoa física que solicita o financiamento junto à CAIXA;
- Proposta Construção Individual – CAIXA – formulário contendo todas as informações necessárias para a solicitação de financiamento de unidade isolada, entregue pelo Proponente e seu Responsável Técnico;
- RAE – Relatório de Acompanhamento de Evolução de Obra – documento técnico que registra, a cada vistoria realizada, a evolução física da obra do ponto de vista de engenharia, além de prestar informações complementares, observações técnicas relevantes e relatório fotográfico que ilustra o estágio da obra;
- RGI – Registro Geral de Imóveis;
- RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, é emitido pelo profissional de arquitetura ou pela pessoa jurídica responsável, na elaboração de projetos ou execuções de obras ou serviços;
- SIGDU – Sistema de Desenvolvimento Urbano;
- SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil;
- SIOPI – Sistema de Operações Imobiliárias;
- Sistema Construtivo Convencional – sistema construtivo, executado por processos tradicionais no país e nos quais os componentes e os materiais são conformes às normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro - de acordo com diretrizes e critérios determinados por este Conselho, em sua Resolução nº 01/92;

- Sistema Construtivo não Convencional – é aquele que emprega material, componente e/ou processo não tradicional ou não consagrado no país, embora seus componentes e os materiais estejam conformes às normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro - de acordo com diretrizes e critérios determinados por este Conselho, em sua Resolução nº 01/92;
- Sistema ou Material Construtivo Inovador – compreende as avaliações técnicas realizadas em produtos inovadores ou que, de alguma forma, se constituem inovações em relação ao processo convencional da construção civil no Brasil e que não seja objeto de norma brasileira prescritiva;
- Solicitação para Liberação de Parcela de Obra Executada – SLP – documento a ser preenchido pelo Responsável Técnico da obra para solicitar a liberação de parcela mensal de obra;
- TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, é emitido pelo profissional técnico em edificações ou pela pessoa jurídica responsável, na elaboração de projetos ou execuções de obras ou serviços;
- Unidade Autônoma – imóvel pertencente a um empreendimento, condomínio, ou prédio e que possui matrícula individualizada;
- Unidade Habitacional – edificação com ambientes adequados para a realização de atividades essenciais, ou seja, cocção, asseio (banheiro e área de serviço), descanso, alimentação e convivência e lazer, dispondo de mobiliário correspondente e áreas de circulação suficientes para as suas funções;
- Unidade Isolada – edificação de uso comercial ou residencial unifamiliar, não integrante de conjunto/agrupamento de edificações, seja em loteamento ou condomínio;
- Unidade Não Isolada – unidade componente de agrupamento de edificação unifamiliar ou multifamiliar, em loteamento ou condomínio;
- Valor de Mercado – é o valor de mercado para compra ou venda, que corresponde à quantia mais provável pela qual se compra ou se vende voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigente;
- Via de Acesso Pavimentada – superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central que compreende todo o caminho da malha urbana pavimentada até a testada do lote inclusive as vias de circulação internas em loteamentos;
- Vícios de Construção – defeitos oriundos da concepção e elaboração dos projetos e seus elementos técnicos, de execução da construção e, ainda, da qualidade e escolha dos materiais, tornando-a, no todo ou em parte, imprópria para o fim a que se destina ou reduzindo o seu valor patrimonial;
- Vistoria Técnica – visita ao imóvel, ao local de execução de obras para serem procedidas observações pertinentes à elaboração de peça técnica.